

JOHN M. FRAME

TEOLOGIA EM TRÊS DIMENSÕES

Um guia para o triperspectivismo


VIDA NOVA

JOHN M. FRAME

TEOLOGIA EM TRÊS DIMENSÕES

Um guia para o triperspectivismo


VIDA NOVA

Apesar do que muitos imaginam, na Grande Comissão Jesus não exige que ensinemos às pessoas tudo o que ele nos ordenou. Antes, seu mandamento é que ensinemos as pessoas a obedecer a tudo o que ele nos ordenou (Mt 28.20). Há uma grande diferença. Com essa diferença em mente, John Frame nos oferece uma abordagem para a compreensão e o ensino da Bíblia cujo objetivo não é apenas transmitir verdade da mente do professor para a mente do aluno, mas também aplicar essa verdade ao coração e à vida do aluno. Como um dos filósofos e teólogos cristãos mais proeminentes de nosso tempo, Frame propõe que pensemos em teologia não somente como acúmulo e memorização de conceitos doutrinários, mas também como aplicação prática dessas ideias ao coração e à vida. Ele chama essa abordagem triperspectivismo. Não deixe que esse termo assuste você. Trata-se de um método centrado em Deus para a interpretação e o ensino da Bíblia profundamente arraigado na natureza triúna de Deus como Senhor e em Jesus Cristo, refletida especialmente em seus três ofícios de Profeta, Sacerdote e Rei. Embora Frame tenha escrito extensamente sobre esse tema ao longo dos cinquenta anos em que lecionou no seminário, ele mostra, mais uma vez, seu compromisso de ajudar outros a aplicar a teologia e a Bíblia à vida real por meio desse livro conciso e prático. Não conheço nenhuma abordagem à compreensão e ao ensino da Palavra de Deus que honre mais a Deus e traga mais transformação de vida do que o método apresentado por John Frame em Teologia em três dimensões. Recomendo fortemente esse livro e peço a Deus que o use em todo o mundo para o bem das nações.

Steve Childers, presidente da organização Pathway Learning; professor de teologia prática do Reformed Theological Seminary, Orlando.

Esse livro oferece uma explicação clara e atual da abordagem criteriosa de John Frame ao estudo da Bíblia (e a tudo mais!) a partir de três “perspectivas” distintas. É fruto de uma vida inteira de reflexão e ensino sobre o esplendor inesgotável de Deus, sua Palavra, seu mundo e nós, criaturas feitas à imagem de Deus.

Wayne Grudem, professor pesquisador de teologia e estudos bíblicos do Phoenix Seminary; autor de Teologia Sistemática (Vida Nova).

Seria um presente para a teologia ter em um volume só o resumo da principal contribuição de um dos teólogos anglófonos de maior destaque no mundo. Você tem esse livro em suas mãos. John M. Frame e Vern Poythress escreveram prolificamente sobre o multiperspectivismo, uma ferramenta valiosa para a interpretação da Palavra de Deus. Esse é um exemplo de verdadeiro desenvolvimento teológico, pois não tem precedentes óbvios na história da igreja, embora, como Frame observa, harmonize bem com a Confissão de Fé de Westminster. Nesse livro, Frame destila décadas de minucioso estudo e ensino da Bíblia e fornece uma chave impressionante para o entendimento da revelação de Deus. É um daqueles livros ao qual voltamos repetidamente ao longo da vida e do ministério. A Bíblia permanece inalterada e inalterável, mas as perspectivas pelas quais a vemos devem se aprofundar e amadurecer ao longo do tempo. Frame mostra quais são essas perspectivas e como funcionam.

P. Andrew Sandlin, fundador e presidente do Center for Cultural Leadership.

Zelo. Apesar das riquezas eruditas que essa obra contém, o que transparece ao longo de todo o texto de John Frame é seu zelo e sua preocupação pela glória de Deus e pela igreja. Frame acaba com a ideia comum de que profundidade e erudição devem ser longas, tediosas, enigmáticas e meramente teóricas. A própria estrutura do livro mostra como esse triperspectivismo é na verdade “teologia como aplicação”, como Frame afirma há décadas. O texto incisivo, as perguntas úteis, o glossário valioso e os recursos adicionais tornam essa obra uma porta de entrada acessível para quem deseja explorar e entender “o que a Palavra de Deus deseja que eu faça agora”, como John observa com frequência. Frame se importa, e por meio dessa obra podemos aprender a cultivar verdadeiro zelo por Deus, pela criação de Deus e pela imagem de Deus, nosso próximo — tudo isso para a glória de Deus.

Jeffery J. Ventrella, conselheiro e vice-presidente de treinamento estratégico da organização Alliance Defending Freedom.

TEOLOGIA
EM TRÊS
DIMENSÕES

CÓPIA NÃO AUTORIZADA
A CRIMINAL



ABDR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPRODUTIVOS

RESPEITAR O DIREITO AUTOREAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

■

Frame, John M.

Teologia em três dimensões / John M. Frame ; tradução de Susana Klassen. —
São Paulo : Vida Nova, 2023.

EPUB3.

Bibliografia

ISBN 978-65-5967-140-3

Título original: Theology in three dimensions: a guide to triperspectivalism and
its significance

1. Teologia 2. Cristianismo - Filosofia I. Título II. Klassen, Susana

■

Índice para catálogo sistemático:

1. Teologia

JOHN M. FRAME

TEOLOGIA EM TRÊS DIMENSÕES

Um guia para o triperspectivismo

TRADUÇÃO
Susana Klassen


VIDA NOVA

©2017, John M. Frame

Título do original: Theology in three dimensions: a guide to triperspectivalism and its significance

edição publicada por

P&R Publishing Company (EUA)

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por

Sociedade Religiosa Edições Vida Nova

Rua Antônio Carlos Tacconi, 63, São Paulo, SP, 04810-020

vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

1.^a edição: 2023

Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em citações breves, com indicação da fonte.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todas as citações bíblicas sem indicação da versão foram traduzidas diretamente da English Standard Version (ESV).

Todos os grifos nas citações bíblicas são do autor.

Direção executiva

Kenneth Lee Davis

Coordenação editorial

Jonas Madureira

Edição de texto

Ubevaldo G. Sampaio

Preparação de texto

Jonathan Silveira

Revisão de provas

Josiane S. Almeida

Coordenação de produção

Sérgio Siqueira Moura

Diagramação

Sandra Reis Oliveira

Capa

Paulo Jardim

Livro digital

Lucas Camargo

Para Vern Poythress

Sumário

[*Prefácio de Donald W. Sweeting*](#)

[*Abreviações*](#)

[*Introdução*](#)

[**1 Perspectivas**](#)

[**2 Perspectivas e a Trindade**](#)

[**3 O evangelho em três facetas**](#)

[**4 Perspectivas na vida como um todo**](#)

[**5 A perspectiva normativa**](#)

[**6 A perspectiva situacional**](#)

[**7 A perspectiva existencial**](#)

[**8 O que fazer com as perspectivas**](#)

[*Glossário*](#)

[*Bibliografia*](#)

[*Índice de passagens bíblicas*](#)

[*Índice de assuntos*](#)

Prefácio

Um livro breve e simples pede um prefácio breve e simples.

Por que tantos cristãos, sem falar em pastores e teólogos, leem Frame? Porque ele se esforça para ser cristocêntrico, claro, fundamentado na Bíblia, humilde e equilibrado. É por isso.

Quando falo de ser cristocêntrico, refiro-me ao esforço de John Frame para exaltar Cristo acima de tudo, até mesmo acima de denominações e tradições. Jesus é Senhor. Ele tem supremacia em tudo. O último parágrafo deste livro anuncia sonoramente essa verdade.

Quando falo de ser claro, quero dizer que Frame é um teólogo acessível para quem estudou teologia e para quem não o fez. Por certo, é um estudioso brilhante. No entanto, tem uma ampla gama de leitores que não se sentem perdidos quando ele escreve sobre teologia. Quem dera mais teólogos tivessem esse dom!

Quando falo de ser fundamentado na Bíblia, refiro-me ao fato de que, como teólogo reformado, o compromisso maior de Frame é com as Escrituras, às quais ele deseja ser fiel. Ele ama a Palavra de Deus. Assevera sua veracidade e sua confiabilidade. É motivado a aplicar a Bíblia a todas as coisas.

Quando falo de ser humilde, quero dizer que tanto sua pessoa quanto seu plano teológico transbordam de humildade cativante que atraí outros para que percorram o mesmo caminho.

E, quando falo de ser equilibrado, refiro-me à integralidade espiritual de seu método teológico.

O que me leva a Teologia em três dimensões. Certa manhã de sábado, depois de ler parte de um dos escritos mais longos de John, fui até seu escritório (nós dois costumamos trabalhar aos sábados) e disse algo como: “John, nem todos vão ler suas obras teológicas mais extensas. Gostaria que lessem. Mas você deveria pensar em escrever algo sucinto, em forma de livro, sobre o triperspectivismo,

um texto para leigos. É algo de que a igreja precisa!”.

Evidentemente, não fui o único a sussurrar essa ideia em seu ouvido. Aqui está, finalmente, a resposta de John a nosso pedido.

Teologia em três dimensões é a explicação de um perspectivismo centrado em Deus. É, em essência, uma forma de enxergar as coisas, uma forma de ver. “Olhe por este ângulo”, John diz. E aquilo que ele nos mostra é bastante proveitoso.

Não deixe o termo “triperspectivismo” assustar você. Tripers-pectivismo é simplesmente um recurso pedagógico para nos ajudar a compreender algumas das coisas profundas das Escrituras. Destaca um modelo difundido de distinções triplas, ou tríades, na Bíblia. Essas perspectivas nos ajudam a conhecer a Deus e a conhecer a nós mesmos.

Sem roubar a cena de Frame, deixe-me dizer por que considero esse recurso tão útil e necessário na igreja.

Teologia em três dimensões ou triperspectivismo:

Permite-me conhecer melhor a Deus e como ele nos criou.

Ajuda-me a ir além de minhas limitações.

Torna-me mais aberto para o aprendizado.

Promove integralidade: dirige-se a tudo o que somos e a pessoas de todos os tipos.

É fielmente criativo, ajuda-me a ver um plano maior que, pelo propósito de Deus, se encontra inserido em todas as coisas.

Ajuda-me a entender a Bíblia em maior profundidade, ciente de seu tema principal e de como se relaciona com todo o restante.

Ajuda-me a ensinar e a pregar a Bíblia de modo mais eficaz.

Contribui para meu entendimento da história da igreja.

Glorifica a Deus e a Jesus Cristo ao destacar seu senhorio.

Deixe-me explicar apenas um desses itens, a história da igreja, pois leciono essa matéria com frequência.

John acredita que esse recurso pedagógico pode levar a alguns avanços importantes em nosso modo de pensar. Concordo com ele, pois ao estudar história da igreja e observar a cultura, vejo que diferentes eras têm a tendência de enfatizar diferentes dimensões da natureza humana. Uma era vê as coisas de determinada forma. A era seguinte, muitas vezes, reage a essa visão. Ao reagir, há ocasiões em que chega até a condenar a abordagem anterior.

Considere, por exemplo, a chamada era do Iluminismo que destacou a razão. Em reação a essa ênfase sobre “somente a razão”, o Romantismo destacou sentimento e paixão. E, em reação à era romântica, alguns filósofos europeus, como Nietzsche e os existencialistas, enfatizaram volição, ou vontade.

Quem estava certo? Será que todos perceberam algo importante, mas deixaram de enxergar outras coisas em virtude de sua perspectiva limitada?

O triperspectivismo nos ajuda a entender que é possível pegar algo bom, como o intelecto, as emoções ou a vontade e enfatizar esse elemento excessivamente. Quando focalizamos exclusivamente um aspecto de nossa natureza humana, ocorre inevitavelmente uma contrarreação que toca em algum outro aspecto de nossa humanidade.

Também me ajuda a entender ministérios cristãos. Penso, por exemplo, nos ministérios universitários de grande destaque quando eu estava na faculdade. De modo geral, alguns ministérios estudantis tinham a tendência de enfatizar a mente (InterVarsity); outros, a vontade (CRU e Navigators); e, outros ainda, as emoções (movimentos carismáticos). Alunos muitas vezes saltavam de um grupo para outro quando sentiam o anseio de contrabalançar esses elementos. A meu ver, esse pequeno exemplo é um microcosmo de boa parte do evangelicalismo nos EUA e na Inglaterra.

Também podemos aplicar essa ideia ao âmbito da igreja e do seminário. Como

alguns observaram, nos círculos reformados, as pessoas costumam ser divididas em três grupos: “docs”, “piets” e “kuyyps”. Os “docs” (doutores) são aqueles que prezam pela doutrina acima de tudo; os “piets” (pietistas) enfatizam o coração e a devoção pessoal; e os “kuyyps” (kuyperianos) valorizam envolvimento cultural e transformação.

Também nesse caso, porém, não precisamos dos três? Ter consciência desse fato pode não apenas diminuir a tensão entre os diferentes “campos”, mas também nos ajudar a evitar a tentação do desequilíbrio.

Não creio que o ensino triperspectivista de John Frame seja especulação fantasiosa. Pelo contrário, John tem consciência de algo importante. Ele identifica alguns modelos significativos inseridos no mundo pelo Criador que também se refletem em todas as Escrituras.

Frame nos chama a ter uma visão integral, representada no próprio Grande Mandamento, em que devemos amar ao Senhor, nosso Deus, com tudo o que somos.

Deixe que John Frame conduza você por meio deste pequeno livro a uma fé mais profunda, a um amor a Cristo de toda a alma e a uma valorização maior da diversidade do corpo de Cristo.

Donald W. Sweeting

Ex-presidente do Reformed Theological Seminary em Orlando.

Atual presidente da Colorado Christian University.

Abreviações

- DVC John M. Frame, The doctrine of the Christian life, A theology of Lordship
- DD John M. Frame, The doctrine of God, A theology of Lordship (Phillipsburg: P&R Publishing, 1987)
- DCD John M. Frame, The doctrine of the knowledge of God, A theology of Lordship (Phillipsburg: P&R Publishing, 1987)
- DPD John M. Frame, The doctrine of the Word of God, A theology of Lordship (Phillipsburg: P&R Publishing, 1987)
- ET John M. Frame, The Escondido theology (Lakeland: Whitefield Media Press, 1987)
- HWPT John M. Frame, A History of western philosophy and theology (Phillipsburg: P&R Publishing, 1987)
- NT Novo Testamento
- AT Antigo Testamento
- PWG John M. Frame, Perspectives on the Word of God (Eugene: Wipf & Stock, 1987)
- SSW1 John M. Frame, Selected shorter writings (Phillipsburg: P&R Publishing, 1987)
- SSW3 John M. Frame, Selected shorter writings (Phillipsburg: P&R Publishing, 1987)
- TS John M. Frame, Systematic theology: an introduction to Christian belief (Eugene: Wipf & Stock, 1987)

introdução

Ao longo de muitos anos, com a valiosa colaboração de Vern Poythress, a quem dediquei este livro, tenho argumentado a favor do valor de considerar questões teológicas por múltiplas perspectivas, especialmente um conjunto triplo de perspectivas relacionadas à doutrina bíblica da Trindade. Recebi vários pedidos para escrever uma introdução simples para nosso “triperspectivismo”. Existem algumas explicações introdutórias dessa abordagem, especialmente *Symphonic theology*,¹ de Poythress, e meu texto “A primer on perspectivalism”.² Entre as obras mais extensas temos, de Poythress, *Philosophy, science and the sovereignty of God*,³ minhas obras DCD e PWG, e algumas seções em outros livros, especialmente, de Poythress, *Redeeming philosophy*,⁴ e meu livro DD.⁵ Usei várias formulações triperspectivistas em minha obra de quatro volumes *Theology of Lordship*,⁶ e em minha TS. No entanto, também parece haver demanda para mais uma obra introdutória sobre triperspectivismo: um livro com pouco mais de cem páginas que explique os termos técnicos e enfatize o aspecto prático. Essa é a tarefa que procuro realizar aqui, ao resumir e atualizar nossos esforços passados.

A análise perspectivista de doutrinas teológicas pode parecer bastante distinta de formulações mais tradicionais, até mesmo daquelas que são associadas a confissões e credos. Por isso, muitos leitores ficam preocupados que eu esteja apresentando algo novo. Espero que este livro dê a esses e a outros leitores a certeza de que meus escritos e os de Poythress têm por objetivo representar e defender a ortodoxia reformada, conforme sua apresentação clássica na Confissão de Fé de Westminster. Embora nossas apresentações e argumentos sejam, por vezes, incomuns, quase sempre chegamos às mesmas conclusões das confissões reformadas: dois caminhos para o mesmo destino. Por que dois caminhos? Espero mostrar a razão na presente obra, especialmente no capítulo 8: “O que fazer com as perspectivas”.

O triperspectivismo é, em sua maior parte, uma abordagem pedagógica, uma forma de ensinar a Bíblia, isto é, de fazer o que a teologia deve fazer. Além do aspecto pedagógico, pode ser útil para nos aprofundarmos na doutrina da Trindade quanto a suas implicações para nosso pensamento e nossa vida. Por certo, ninguém imagina que esgotamos essas implicações em estudos teológicos

passados.

Não estaria escrevendo este livro se não fosse pelo fato de meus muitos alunos e leitores ao longo de um período de quase cinquenta anos terem expressado gratidão por um método que os ajudou em seu estudo da Bíblia e, portanto, aprofundou seu relacionamento com Deus.

Sou grato a todos que contribuíram para a publicação desta obra. John Hughes, meu amigo de longa data, foi responsável mais uma vez pela coordenação do projeto desde o manuscrito até o lançamento. Agradeço à P&R Publishing por aceitar o texto e por dedicar recursos para disponibilizá-lo. Agradeço especialmente a Andrew Buss por seu excelente trabalho de revisão. Também sou grato a Don Sweeting, presidente da Colorado Christian University, por ter proposto este projeto.

Há muito mais por vir. Meu amigo Vern Poythress desenvolveu essa estrutura em esboços de linguística e de outras ciências. Sua obra *Knowing and the Trinity: how perspectives in human knowledge imitate the Trinity*⁷ desenvolve a base trinitária do perspectivismo em profundidade muito maior do que pude fazer aqui. Outros, como Timothy Miller e Brant Bosserman, têm desenvolvido essas ideias na expectativa de que dê muito fruto para a teologia futura e para outros campos de estudo.

Creio que, no mínimo, essa abordagem é capaz de integrar diversos ensinamentos bíblicos e nos ajudar a ensinar a Palavra de Deus de modo mais eficaz. Peço a Deus que use esses princípios a fim de contribuir para a melhor compreensão de sua Palavra em todo o mundo.

¹ [Vern S. Poythress, *Symphonic theology* \(Grand Rapids: Zondervan, 1987\) \[publicado em português por Vida Nova sob o título *Teologia sinfônica: a validade das múltiplas perspectivas em teologia*\].](#)

² [John Frame, *SSW1* \(Phillipsburg: P&R Publishing, 2014\), p. 3-18, cf. 19-25.](#)

³ [Vern S. Poythress, *Philosophy, science and the sovereignty of God* \(Nutley: Presbyterian and Reformed, 1976\).](#)

⁴ [Vern S. Poythress, *Redeeming philosophy: a God-centered approach* \(Wheaton: Crossway, 2014\), p. 53-134 \[publicado em português por Monergismo sob o título *Redimindo a filosofia: uma abordagem teocêntrica*\].](#)

⁵ Um apêndice de DD (A, p. 743-50) relaciona 112 distinções triplas que podem ser interpretadas a partir de três perspectivas, algumas, sem dúvida, com certa ironia.

⁶ Isto é, DCD, DD, DVC e DPD.

⁷ Vern S. Poythress, Knowing and the Trinity: how perspectives in human knowledge imitate the Trinity (Phillipsburg: P&R Publishing, 2018).

Perspectivas

A fim de descrever uma árvore em detalhes, é preciso observá-la por todos os seus ângulos. É evidente, porém, que não há como enxergar todos os ângulos ao mesmo tempo. Logo, talvez seja necessário caminhar ao seu redor. Seus olhos não serão suficientes. Se receberem ajuda de suas pernas, contudo, atuarão de modo mais eficaz.

Mesmo assim, porém, sua descrição não será adequada para alguns propósitos. Para uma descrição científica, você precisará de alguns equipamentos, como instrumentos para uma dissecação minuciosa e um microscópio potente. Afinal, por mais comum que uma árvore pareça, ela é complexa. Pense nos veios das folhas, nos anéis do tronco. Pense em como as árvores combinam a luz do sol, a chuva e os nutrientes do solo para crescer devidamente. E pense no quanto cada um desses processos é complexo. Hoje, gostamos de imaginar que, em última análise, ele é reduzido a prótons e outras partículas minúsculas. A fim de descrever tudo isso, temos de olhar para a árvore não apenas do norte, do sul, do leste e do oeste, mas de um número considerável de perspectivas externas e internas.

E não é só. Para ter uma perspectiva mais completa, não podemos pensar apenas na árvore em si. Temos de pensar em sua relação com outras coisas: o sol, o ambiente, as condições do tempo, os insetos, as bactérias, outras árvores e a história da árvore (identificável por meio de seus anéis) e as leis da química, da biologia e da física. Precisamos considerar a influência humana sobre a reprodução da árvore ao longo dos séculos e a forma que essa árvore e outras semelhantes foram usadas pela civilização humana. Cada um desses itens nos conduzirá a inúmeras perspectivas adicionais, expandindo o conhecimento disponível a nossa perspectiva atual.

Árvores aparecem em muitas obras de arte. Fazem parte de muitas cenas importantes, como a árvore de Natal da Casa Branca, com sua iluminação

festiva, e a sequoias da Califórnia. Desempenham papel relevante na história, como, por exemplo, ao serem usadas para confeccionar aríetes usados nas guerras medievais. Com frequência, têm significado simbólico, como a Árvore da Vida na Bíblia, ou as palmeiras, que são usadas para falar de lugares ensolarados. Diversas árvores só podem ser compreendidas quando olhamos muito além de suas propriedades físicas.

Vern Poythress define “perspectiva” como “uma vista a partir de algum lugar. Mais precisamente, é uma (1) vista de algo (2) por alguém (3) a partir de algum lugar”.¹ Uma perspectiva é, literalmente, uma posição a partir da qual alguém vê alguma coisa. É o ponto de vista, o ângulo pelo qual a pessoa olha. Por extensão, esse termo abrange outras experiências sensoriais (audição, gustação, tato e visão), bem como as atividades que chamamos raciocínio. A perspectiva de uma pessoa é o ponto de vista² a partir do qual o indivíduo adquire seu entendimento geral do mundo ao seu redor. Minha perspectiva pessoal é aquilo que percebo ao meu redor no momento ao usar minhas pernas, instrumentos científicos e afins para obter entendimento mais completo. Em última análise, todo esse conhecimento chega a mim por meio do corpo, isto é, por meio de meus sentidos e das operações realizadas por meu cérebro para organizar as impressões do sentido e as transformar em conhecimento.

Ao investigarmos a árvore em contextos cada vez mais amplos, mais perspectivas surgirão. Consideramos a influência humana sobre a reprodução da árvore ao longo dos séculos e a maneira que essa árvore e outras semelhantes foram usadas na civilização humana. Cada um desses itens nos conduzirá a inúmeras perspectivas adicionais, expandindo o conhecimento disponível a nossa perspectiva atual.

Portanto, cada perspectiva inclui outras. Minha experiência sensorial abrange aquilo que percebo de longe, bem como aquilo que percebo de perto. Abrange o que vejo do norte e do sul. Abrange o que percebo a olho nu e por meio de instrumentos científicos. São múltiplas perspectivas, mas todas fazem parte da perspectiva pessoal geral que constitui minha experiência e minha avaliação do mundo real.

Em certo aspecto, a perspectiva de cada pessoa abarca todo o universo, embora seja, em sentido diferente, uma pequena parte do universo. Quando olho para o céu à noite, vejo bilhões de estrelas, bem como outros corpos celestes. Não os vejo em detalhes, nem com absoluta clareza. Meu campo visual, contudo, é

infindável. O mesmo se aplica quando olho para o horizonte. Também nesse caso, não há limite para meu campo de visão. Enxergo tudo o que é visível a partir de minha posição no espaço. Em certo sentido, vejo tudo, embora não o faça com clareza perfeita.

Mas, de outra perspectiva (!), considero minha perspectiva extremamente minúscula. Em comparação com outras pessoas, sei muito pouco. E tenho sempre consciência dos limites daquilo que percebo e daquilo que posso conhecer.

Quando medito sobre a vastidão e sobre a pequenez do conhecimento humano, é natural comparar meu conhecimento com o de Deus.

A perspectiva de Deus

Este livro trata de teologia cristã e, portanto, os leitores entenderão que pressupõe o Deus bíblico. Deus foi aquele que criou este mundo vasto e belamente complexo. Cada árvore mostra essa vasta sabedoria. Jesus disse que Deus vê cada pardal que cai (Mt 10.29) e sabe o número de fios de cabelo em nossa cabeça (Mt 10.30). Sem dúvida, ele também conhece cada folha da árvore, cada raiz, cada pedaço de sua casca.

Para entender melhor a vastidão do conhecimento de Deus, podemos compará-lo com o nosso, mas também com o de animais. Ao longo da vida, tive três cães da raça welsh corgi pembroke, e eles eram os cachorros mais inteligentes do mundo. Ensinei-os não apenas a sentar, vir quando eu chamava, ficar em pé e rolar, mas também a virar para a direita ou para a esquerda. Treinei um deles para reagir quando visse cães e gatos na televisão (uma lição da qual me arrependi mais tarde). Tenho certeza de que, em um mundo pós-apocalíptico, um welsh corgi seria capaz de encontrar alimento para minha esposa e para mim com mais facilidade que eu. No entanto, meus cães sempre tiveram um nível evidente de ignorância: não faziam ideia do que eu estava escrevendo em meus livros. Não conseguiam ler nem mesmo o primeiro parágrafo das introduções. Por certo, a comparação entre o conhecimento de meus cães e o meu é semelhante à diferença entre meu conhecimento e o de Deus. Há itens de

conhecimento extremamente básicos para Deus a respeito dos quais não faço ideia. Usar o raciocínio para tentar entender a coerência dos atributos de Deus e a razão pela qual Deus criou o mal seria como meu cão tentar compreender plenamente a primeira frase de minha TS. Para imenso crédito do cão, ele nunca fez essa tentativa.

Teólogos dizem que, pelo fato de Deus ter criado todas as coisas e de se lembrar daquilo que criou, ele é onisciente. No entanto, seu conhecimento não abrange apenas fatos básicos sobre árvores, cabelos e pardais. Ele vê todas essas coisas de todas as perspectivas possíveis. Ele vê a parte posterior da cabeça do pardal e a parte anterior, com sua face. E ele vê meus fios de cabelo desde seus folículos, com cada vez menos pigmentos. Ele os vê de sua perspectiva divina onisciente, mas também entende como minha esposa, com seus sentidos, percebe meus cabelos. E ele é capaz de vê-los como qualquer pessoa os vê, de todos os ângulos possíveis. Ele sabe como um pardal se parece para outro pardal, ou para o gavião que voa acima dele. Ele vê meus fios de cabelo pela perspectiva da mosca na parede de meu escritório. Ele conhece até perspectivas que são meramente possíveis: ele sabe como meus cabelos se pareceriam da perspectiva de uma mosca na parede, mesmo quando não há nenhuma mosca na parede. Portanto, Deus é não apenas onisciente, mas oniperspectivista.

A incorporação de outras perspectivas humanas

Sentado na cadeira em meu escritório, posso olhar pela janela, da qual tenho uma bela vista do estacionamento do seminário. Em outras palavras, a janela me dá acesso a uma perspectiva do estacionamento que chega a mim especialmente por meio de meus olhos. Se eu fosse para fora, essa perspectiva seria enriquecida por sons, cheiros e coisas que posso tocar, tudo isso acompanhado das reflexões intelectuais de meu cérebro. Todos esses elementos fazem parte de uma perspectiva, minha perspectiva, à qual tenho acesso por meio de meu corpo. Em certo sentido, tenho apenas essa perspectiva do mundo. Tudo o que sei é acessível para mim por meio de meu corpo. E não tenho como sair dele.

Contudo, o aprendizado nunca termina em minha experiência imediata. Vejo George no estacionamento, e pergunto se seu filho de 5 anos se recuperou do

resfriado. Ele responde que sim, e acrescento esse fato a meu conhecimento do mundo. Não vejo a criança, e sua saúde não faz parte de minha experiência imediata. Mas George faz parte dessa experiência, e confio nos relatos de George sobre a experiência imediata dele. Portanto, o conhecimento de George enriquece o meu. Minha perspectiva se amplia pela incorporação da perspectiva de George. Logo, embora eu não tenha como sair de meu corpo, posso, de certa maneira, acrescentar a perspectiva de outros à minha. Claro que não confio em todo mundo da mesma forma que confio em George. E, quanto a algumas questões, talvez nem confie plenamente em George. A expansão de minha perspectiva é uma tarefa crítica. Tenho de avaliar se as perspectivas de outros são confiáveis e até que ponto o são; também tenho de avaliar até que ponto seus testemunhos de suas experiências são verdadeiros. Meus pensamentos críticos, porém, fazem parte de minha perspectiva do mundo.

Como faço essas avaliações? Qual é o processo que me permite discernir até que ponto a perspectiva de outra pessoa é verdadeira? Em grande medida, nossa avaliação dessas questões começa com a intuição. Alguns testemunhos, como o de George sobre seu filho, parecem obviamente verdadeiros. George é uma pessoa como eu. No passado, ele mostrou que estava certo. Não sei de nenhuma ocasião em que ele tenha me enganado ou tenha se equivocado a respeito de algo em sua experiência imediata. Não há problemas com sua percepção. E aquilo que ele diz tem um “ar de veracidade”. Corresponde a avaliações que faço sobre outros aspectos de minha experiência. Esses fatores se unem harmoniosamente. São “intuitivos”. Simplesmente sabemos, pois conhecemos o “ar” que a verdade tem.

Em outros casos, porém, há perguntas cujas respostas não são tão óbvias. Sabrina é democrata, e ela diz que poderíamos oferecer ensino superior gratuito para todos se cobrássemos de milionários e bilionários impostos correspondentes a noventa por cento de sua renda. Essa informação me parece duvidosa, pois, de acordo com outros, mesmo que o governo confiscasse cem por cento dos bens dos ricos, não chegaria nem perto do valor necessário. E mesmo que essa política funcionasse, seria justo cobrar noventa por cento de imposto sobre a renda de alguns?

Nesse caso, não posso simplesmente confiar em Sabrina como confio em George. Não basta aceitar sua perspectiva e acrescentá-la à minha, como fiz com George. Sabrina não é apenas um conjunto de órgãos do sentido que posso acrescentar aos meus. Antes, ela refletiu em certa medida sobre a realidade a

partir de sua perspectiva, e acrescentou essa reflexão ao que ela considera conhecimento acumulado. Não posso, contudo, simplesmente aceitar seu testemunho de modo indiscriminado. Preciso fazer minha própria avaliação.

Se quero investigar essa questão, portanto, tenho de pesquisar a seu respeito ou, pelo menos, consultar mais autoridades nesse assunto para entender se o governo pode oferecer ensino para todos ao cobrar mais impostos dos ricos. Mas também preciso perguntar: que autoridades são confiáveis? Se as ideias de Sabrina nem sempre são confiáveis, onde posso encontrar a verdade? Posso ler jornais, livros e conteúdo online, mas como avaliar, em cada caso, se o testemunho é confiável?

Devo usar minha intuição? Em certo sentido, sim. As avaliações que fazemos são nossas. Também nesse caso, não podemos sair de dentro de nós mesmos. Entretanto, sabemos que cometemos erros com frequência. Se eu considerar que a capacidade de avaliação de Sabrina não é confiável, preciso reconhecer que talvez ela tenha a mesma opinião a respeito de minha capacidade de avaliação. Claro que tanto ela quanto eu temos de “fazer nossas próprias avaliações”. Mas essa é uma tautologia. Significa apenas que pensamos o que pensamos. Não serve de base para afirmar que o conteúdo de nossa mente é infalível, ou mesmo melhor do que o conteúdo da mente de outra pessoa. Não é raro mudarmos de ideia em deferência à opinião de alguém que parece ter uma perspectiva melhor que a perspectiva que tínhamos até o momento. Não usamos nossa mente como parâmetro estático que rejeita todas as ideias que não correspondem às nossas. Pelo menos não é o que devemos fazer. Devemos ser flexíveis o suficiente para que, por vezes, possamos aprender algo novo e, pelo menos ocasionalmente, possamos deixar de lado velhas ideias e aceitar ideias novas e até mesmo parâmetros melhores.

Conhecer o mundo é, portanto, um processo complicado e em constante mudança. É uma questão de interagir com nosso grande número de perspectivas e com as perspectivas de outros e lidar com ambiguidades.

Pode parecer que não temos nenhum rumo. Somos como grãos de pó levados de um lado para o outro pelo vento, “jogados de lá para cá pelas ondas [...] levados de um lado para outro por todo vento de doutrina” (Ef 4.14). Não existe um mapa que nos diga aonde ir? Não existe um método para fazer escolhas acertadas?

Acesso à perspectiva de Deus

A Bíblia ensina que Deus nos concedeu algum acesso à perspectiva dele, a oniperspectiva, a perspectiva que abrange e corrige todas as outras perspectivas. Digo “algum” acesso, não acesso total. Se tivéssemos acesso total, significaria que nossa mente é idêntica à de Deus, o que não é possível. Deus é o Criador, nós somos as criaturas. A discrepância não é apenas quantitativa, de que Deus conhece todos os fatos e nós, apenas alguns. Antes, é qualitativa, pois o conhecimento por Deus de cada fato é diferente de nosso conhecimento do mesmo fato. Deus sabe, por exemplo, que os pintarroxos voam para o sul no inverno; nós também sabemos. Mas o conhecimento de Deus é original, enquanto o nosso é derivado. Deus criou os pintarroxos e os formou para que ajam dessa maneira. A proposição “os pintarroxos voam para o sul” é uma proposição que Deus criou para que fosse verdadeira. Quando digo que pintarroxos voam para o sul, estou declarando algo que Deus criou para que fosse verdadeiro.

O conhecimento de Deus é, portanto, o critério do nosso conhecimento. Nossas crenças são verdadeiras à proporção que correspondem às de Deus. No entanto, as crenças de Deus sempre são verdadeiras. Ele é seu próprio critério, o teste supremo de seus pensamentos. Nossos pensamentos, contudo, não podem ser seu próprio critério. Em outras palavras, não são autônomos.

Mesmo tendo em conta, porém, a diferença qualitativa entre os pensamentos de Deus e os nossos, Deus nos capacita para que obtenhamos parte de seu conhecimento, para que declaremos as mesmas verdades que ele declara. E, ao fazê-lo, incorporamos, em certa medida, a perspectiva de Deus à nossa.

Revelação

Teólogos usam o termo “revelação” para falar das maneiras pelas quais Deus nos dá capacidade de incorporar suas perspectivas às nossas. Distinguem:

Revelação “geral” ou “natural”, em que Deus revela a si mesmo por meio de seu mundo criado (Sl 19.1; Rm 1.18-21).

Revelação “especial”, em que Deus fala em linguagem humana aos profetas (Dt 18.15-22) e aos apóstolos (Jo 14.25) e por meio deles, e também por meio do texto das Escrituras (2Tm 3.15-17; 2Pe 1.19-21).

Revelação “existencial”, em que Deus se revela por meio dos seres humanos como sua “imagem” (Gn 1.26-27). Isso inclui o fato de ele ter nos dado a capacidade de entender e aplicar outras formas de revelação e, portanto, de desenvolver nosso discernimento de certo e errado (a “consciência”, Rm 2.15; 2Co 4.2; 1Tm 1.5).³

Dessas maneiras, obtemos algum acesso à perspectiva de Deus, conforme descrevi esse acesso acima. Grande parte das vezes, contudo, nosso conhecimento da revelação de Deus é fragmentário e incerto. Por exemplo, aprendemos por meio da revelação natural que o clima da terra mudou ao longo dos anos. O papel das ações humanas nessas mudanças climáticas recentes, porém, ainda é controverso. Aprendemos por meio da revelação natural que os alimentos nutrem o corpo e que algumas substâncias são tóxicas para a saúde humana. Mas o que exatamente é nutritivo e o que é tóxico, e em que quantidades? Esses são assuntos a respeito dos quais há grandes divergências. Ao longo dos anos, o consenso das pesquisas humanas mudou e, por vezes, mudou novamente e voltou a posicionamentos anteriores.

Até mesmo crenças que, de acordo com alguns, são baseadas na Bíblia, nem sempre são inquestionáveis. Alguns creem que Jesus expulsou os cambistas do Templo no início de seu ministério (o que Jo 2.13-17 parece indicar). Outros acreditam que foi mais próximo do final (o que Mt 21.12-17 parece indicar). Muitos consideram que ele o fez duas vezes e, outros, que Mateus ou João relatou esse acontecimento fora da ordem cronológica. Nenhuma dessas perspectivas é imediatamente óbvia ou indiscutível.

Alguns ensinamentos das Escrituras, porém, são tão claros e/ou difundidos, que ninguém pode questioná-los. As Escrituras ensinam claramente que há um só Deus, que Jesus é o Filho eterno de Deus, que Jesus morreu pelos pecadores e

ressuscitou e que Deus promete salvação do pecado para aqueles que creem no sacrifício de Jesus e o aceitam como Senhor.

Portanto, Deus nos concede certeza acerca dos ensinamentos bíblicos, em muitos casos, em razão de sua simples obviedade. Também há, porém, um fator sobrenatural. Paulo diz aos membros de uma igreja que ele plantou: “Nosso evangelho não chegou a vocês somente em palavra, mas também em poder, e no Espírito Santo e com plena convicção” (1Ts 1.5). Em outras palavras, Deus enviou seu Espírito Santo para transformar a mente dos ouvintes a fim de que viessem a crer, e a crer com convicção (cf. tb. 1Ts 2.13).

Quando isso acontece, quando Deus, por meio de nossos poderes naturais e da influência sobrenatural do Espírito, nos convence de que determinada crença é fundamentada naquilo que o próprio Deus disse, Deus nos autoriza a crer com certeza, com convicção.⁴ Isso significa que há certas proposições, como “Cristo morreu pelos pecadores”, que podemos declarar com a autoridade do próprio Deus. A exemplo dos profetas, podemos prefaciá-las com as palavras “Assim diz o Senhor” ou “É isto que Deus diz”. Nesses casos, podemos estar certos de que acessamos a perspectiva de Deus sobre a verdade, sua oniperspectiva, que abrange todas as outras perspectivas.

Repito, porém, que não temos essa certeza a respeito de tudo. Humildade e sabedoria exigem que façamos distinção entre as ocasiões em que temos certeza e as ocasiões em que não a temos. E, quando estamos incertos, devemos ser desejosos de nos valer da perspectiva de outros, especialmente da oniperspectiva de Deus, mas também das perspectivas limitadas de outros seres humanos feitos à imagem de Deus. O caminho para o conhecimento e para a certeza é o caminho da busca por perspectivas adicionais, perspectivas mais profundas.

Perspectivas dentro de perspectivas

Vimos que a oniperspectiva de Deus é algo complexo. Abarca dentro de si muitas perspectivas. Inclui a perspectiva da mosca na parede de meu escritório que me observa enquanto digito este manuscrito, bem como outras perspectivas possíveis e reais. Há algo semelhante em nosso modo de pensar, que reflete o

modo de pensar de Deus. À imagem do oniperspectivismo de Deus, a perspectiva de cada ser humano incorpora perspectivas de outros seres humanos (como George e Sabrina) e de Deus. Até mesmo nosso conhecimento de outras perspectivas é perspectivista. Quando Deus considera a perspectiva da mosca na parede de meu escritório, ele pode muito bem fazê-lo a partir da minha perspectiva quando eu noto a presença da mosca e a observo mover-se do alto para o meio da parede. Posso considerar os posicionamentos políticos de Sabrina, parte de sua perspectiva, da perspectiva, digamos, de Charles Krauthammer, comentarista político. Ou posso considerar a perspectiva de Krauthammer da perspectiva de Sabrina. No pensamento humano, como no pensamento de Deus, há perspectivas sobre perspectivas sobre perspectivas. Nosso modo de pensar reflete o modo de pensar de Deus até mesmo em sua complexidade.

Essa é uma forma que Deus criou o mundo como uma unidade. Tudo pode ser entendido da perspectiva de todas as outras coisas.

Para recapitulação e reflexão

Frame mencionou perspectivas relevantes para o estudo de uma árvore. Que perspectivas podem ser relevantes para o estudo da gravidade? Da história da Suécia? Ou da metodologia ética?

Em um desses estudos, mostre como algumas perspectivas incluem outras.

“Usar o raciocínio para tentar entender a coerência dos atributos de Deus [...] seria como meu cão tentar compreender plenamente a primeira frase de minha TS”. Explique e avalie.

Que impressão você tem do conhecimento oniperspectivista de Deus? É uma ameaça? Um consolo? Dica: veja o salmo 139.

Você alguma vez obteve conhecimento que lhe pareceu intuitivo? Descreva em

que aspectos foi diferente de outras formas de conhecimento.

Devemos aconselhar jovens a “usar a própria capacidade de avaliação”? Esse conselho deve ser acompanhado de ressalvas? Em caso afirmativo, quais?

Temos acesso à perspectiva de Deus? Como isso é possível, tendo em conta que o conhecimento dele é oniperspectivista? Discuta esse tema.

O conhecimento de Deus é o critério do nosso. Explique e avalie.

“Alguns ensinamentos das Escrituras, porém, são tão claros e/ou difundidos, que ninguém pode questioná-los”. Explique e avalie. Se esses ensinamentos existem, dê alguns exemplos.

Glossário

ar de veracidade. Nossa capacidade de avaliar a veracidade de uma declaração por meio da intuição que Deus nos deu para identificar o aspecto daquilo que é verdadeiro.

autônomo. Que pensa ou age sem aceitar qualquer parâmetro exterior a si.

critério. Parâmetro para julgar a natureza de algo ou a veracidade de uma asserção.

diferença qualitativa. Diferença de tipo, e não apenas de quantidade. Uma forma de mostrar a vastidão da diferença entre os pensamentos de Deus e os nossos.

intuitivo. Conhecido por meio de um processo difícil de identificar ou descrever.

oniperspectivista. A onisciência de Deus, entendida como sua capacidade de compreender todas as coisas de todas as perspectivas possíveis.

onisciência. Atributo de Deus que consiste em saber todas as coisas.

perspectiva. Vista que alguém tem de algo a partir de algum lugar.

pou sto. Lugar para estar (Arquimedes). O ponto de partida de uma investigação ou empreitada, que dá clareza e poder.

revelação. Conhecimento fornecido por uma fonte fora de nós, especialmente de Deus. Veja no texto definições de revelação “geral”, “especial” e “existencial”.

Leituras adicionais

John Frame, DCD [edição em português: A doutrina do conhecimento de Deus. Teologia do Senhorio (São Paulo: Cultura Cristã, 2013)]. Esse foi meu primeiro livro publicado. Desenvolve uma epistemologia (teoria do conhecimento) a partir da Bíblia e incorpora o conceito de perspectivas.

Vern S. Poythress, Symphonic theology: the validity of multiple perspectives in theology (Grand Rapids: Zondervan, 1987) [edição em português: Teologia sinfônica: a validade das múltiplas perspectivas em teologia (São Paulo: Vida Nova, 2016)]. Essa é a primeira exposição de Poythress da ideia de teologia estudada a partir de várias perspectivas.

¹ Veja Poythress, *Knowing and the Trinity: how perspectives in human knowledge imitate the Trinity* (Phillipsburg: P&R Publishing, 2018).

² Diz-se que o pensador grego Arquimedes declarou: “Dê-me um lugar em que eu possa me apoiar (um pou sto) e moverei a terra”. Para Arquimedes, o pou sto nos dá não apenas entendimento, mas também poder.

³ Tratei dessas várias formas de revelação em DPD e TS. Revelação “geral” e revelação “especial” são os termos comuns da literatura teológica. Revelação “existencial” não é um termo habitual na teologia; tanto quanto sei, é uma designação que apenas eu emprego. Nessas obras anteriores, procuro explicar o

motivo para usar uma divisão tripla, não apenas dupla. Quem ler a presente obra até a conclusão também entenderá minha preferência por uma distinção tripla.

⁴ Veja meu ensaio “Certainty”, no apêndice A em HWPT, p. 582-88.

Perspectivas e a Trindade

Os atributos de Deus como perspectivas

Vimos que Deus criou um mundo repleto de perspectivas em que tudo é uma perspectiva de todo o restante. Esse mundo, como observamos, é uma revelação de Deus. Devemos entender, portanto, que Deus também é um ser vastamente complexo no qual cada um de seus atributos tem uma relação de perspectiva com todos os demais.

Os atributos de Deus, as qualidades por meio das quais as Escrituras descrevem Deus, não são “partes” dele. Antes, Deus é “simples”, isto é, não tem partes.¹ Não tem partes materiais porque não é um ser material. Também é incorreto imaginar que suas qualidades espirituais — seus atributos como amor, sabedoria e poder — são partes dele. Quando removemos uma parte de algo (como uma página de um livro ou a perna de uma pessoa), o todo pode permanecer fundamentalmente inalterado. Contudo, se fosse possível (não é) separar a sabedoria de Deus do próprio Deus, ele não seria o Deus da Bíblia.

Os atributos de Deus não apenas são inseparáveis dele, mas também são inseparáveis uns dos outros. Seu amor é eterno; sua misericórdia é justa; sua graça é onipotente. Todos os atributos divinos têm atributos divinos. Aliás, cada um deles tem todos os outros. Quando tentamos descrever um atributo, descobrimos que estamos descrevendo todos eles: seu amor, por exemplo, é infinito, eterno, imutável. É sábio, justo, bom, verdadeiro, onipotente, onisciente, onipresente. Logo, cada atributo é uma caracterização de Deus como um todo e, portanto, de todos os outros atributos também.

Uma vez que o amor de Deus é infinito, eterno, imutável, sábio, justo, e assim

por diante, o amor de Deus é Deus.² Não pode ser nada menos que Deus, pois Deus é infinito, eterno e imutável. De modo semelhante, a sabedoria de Deus é Deus; sua justiça é Deus; seu poder é Deus. Minha inferência é de que cada atributo apresenta uma perspectiva de todos os outros atributos e da natureza inteira de Deus. Podemos aprender sobre Deus da perspectiva de seu poder, de sua justiça, de sua graça ou de qualquer outro atributo. E podemos aprender sobre um atributo da perspectiva de qualquer outro.

Uma implicação importante é que os atributos de Deus são qualidades pessoais, não entidades ou forças impessoais. O poder de Deus, por exemplo, não é uma força impessoal, mas uma pessoa que exerce sua vontade. “Buscar a justiça de Deus” não é buscar uma lei física ou um princípio metafísico. Não é nem mesmo buscar uma parte de Deus, ou um princípio dentro de Deus. É buscar o próprio Deus. A justiça de Deus é Deus fazendo aquilo que é certo. O poder de Deus é Deus agindo poderosamente. O amor de Deus é Deus usando de bondade para com outros.

Isso significa que todos os atributos de Deus são sinônimos? Reluto em dizer que sim, pois a sinonímia é uma propriedade das palavras, não tenho certeza de que tradutores da Bíblia e teólogos encontraram, em todos os casos (e em todas as línguas), o vocabulário mais perfeito para descrever a natureza de Deus. Creio, porém, que é correto pensar nos atributos como “perspectivas”. A justiça e a graça de Deus descrevem o mesmo caráter divino, mas por ângulos diferentes e em contextos diferentes. Sua justiça é todo o seu ser, compreendido da perspectiva da retidão jurídica. O mesmo se aplica a seus outros atributos.

Pai, Filho e Espírito

As relações dos atributos de Deus evidenciam sua unidade e sua complexidade. A natureza dessa unidade e dessa complexidade pode ser esclarecida pela ideia de perspectivas. Há outro aspecto, porém, em que Deus é um e vários, um aspecto que desempenha um papel importante na confissão doutrinária da igreja. É a doutrina da Trindade, segundo a qual Deus é um só Deus (uma só substância, uma só essência, um só ser) em três Pessoas (hipóstase).

A Bíblia ensina claramente que Deus é um só (Dt 6.4; 1Co 8.4). No entanto, associa ações e atributos divinos a três “Pessoas” (como a igreja as chama): o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Cada uma das três é o Deus único e verdadeiro.

É tentador para mim dizer que essas três Pessoas são perspectivas umas das outras, como propus em relação aos atributos de Deus. No entanto, essa não seria uma afirmação correta. De acordo com essa ideia, haveria somente uma Pessoa divina que poderia ser descrita de três maneiras. Mas essa é a heresia antiga do sabelianismo ou modalismo, o conceito de que as três Pessoas são três “modos”, “formas” ou “manifestações” de uma só Pessoa. Não é o que as Escrituras mostram. Na Bíblia, as três Pessoas são distintas umas das outras. Vemos isso na ocorrência de transações entre as três: o Pai envia o Filho (Jo 3.17); o Filho ora ao Pai (Jo 17); o Filho obedece ao Pai (Jo 5.19); o Pai e o Filho enviam o Espírito ao mundo (Jo 14.26; 15.26); o Espírito se pronuncia com a autoridade do Pai e do Filho, não com sua autoridade (Jo 16.13).

Consequentemente, as três Pessoas não são intercambiáveis. Cada uma tem tarefas distintas na história da redenção. Mas, mesmo ao realizar essas tarefas distintas, elas mantêm uma relação próxima entre si. O Pai está “no” Filho, o Filho está “no” Pai, o Espírito está “no” Pai e “no” Filho.³

As três Pessoas são divinas, igualmente dignas de adoração. Cada uma tem toda a natureza divina, e todas têm os atributos divinos. Contudo, são diferentes em alguns aspectos, como comecei a mostrar.⁴ É o Filho, não o Pai, que se torna encarnado e morre na cruz por nossos pecados. É o Pai, não o Filho, que autoriza as tarefas que o Filho e o Espírito realizarão na história (cf. Jo 5.19). É o Espírito, não o Pai ou o Filho, que transforma o coração das pessoas para que confiem em Deus (Jo 3). E, no entanto, à medida que cada Pessoa realiza sua tarefa, ela está “nas” outras duas, e as outras duas estão “nela”. Cada uma coopera em todas as ações das outras.

Atributos de senhorio

Considero proveitoso generalizar essas distinções bíblicas das seguintes formas:

O Pai atua como autoridade suprema dentro da Trindade e define o plano eterno que as outras Pessoas concretizam. No mundo, o plano do Pai requer obediência total.

O Filho é o poder executivo da Trindade, que realiza aquilo que o Pai ordena que ocorra. No mundo, o poder do Filho realiza o plano de Deus em todas as coisas.

O Espírito é a presença universal da Trindade em todas as coisas. No mundo, ele aplica o plano de Deus aos pontos mais recônditos da realidade e ao coração das pessoas.

Portanto, na doutrina bíblica da Palavra de Deus, por exemplo, o Pai é o locutor, o Filho é sua palavra poderosa e o Espírito é o “sopro”⁵ que leva a palavra a seu destino. Por isso, lemos em Salmos 33.6: “Os céus foram feitos pela palavra do Senhor, e pelo sopro de sua boca, todos os seus exércitos”.

Chamo essas descrições das três Pessoas “atributos de senhorio”. Descrevem as maneiras que Deus governa a criação; em outras palavras, descrevem o senhorio de Deus.

Quando Moisés perguntou como Deus se chamava, Deus respondeu com o misterioso nome Yahweh:

Então Moisés disse a Deus: “Se eu for aos israelitas e lhes disser: ‘O Deus de vossos pais me enviou a vós’, e eles me perguntarem: ‘Qual é o nome dele?’, que lhes direi?”. Deus disse a Moisés: “eu sou o que sou”. E disse: “Assim responderás aos israelitas: eu sou me enviou a vós”. E Deus disse ainda a Moisés: “Assim dirás aos israelitas: ‘O Senhor, o Deus de vossos pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó, me enviou a vós’. Este é o meu nome para sempre, e assim serei lembrado por todas as gerações” (Êx 3.13-15).

O significado de Yahweh é obscuro, mas, como podemos ver, Deus o relaciona

ao verbo “ser”, usado nas expressões “eu sou o que sou” e “eu sou”. Em nosso idioma, Yahweh costuma ser traduzido por Senhor (como é feito em outras línguas). Portanto, Senhor se tornou o nome mais comum para Deus na Bíblia, usado mais de sete mil vezes. Essa designação se aplica, com mais frequência, a Deus, o Pai, mas também é usada para Jesus Cristo. Há passagens, ainda, em que palavras atribuídas a Yahweh no Antigo Testamento são atribuídas ao Espírito Santo no Novo Testamento. Compare, por exemplo, Jeremias 31.33-34 com Hebreus 10.15-17.

Quando as Escrituras chamam a atenção para o significado do senhorio de Deus, costumam focalizar três aspectos que correspondem aos três conceitos definidos acima: senhorio é o controle, a autoridade e a presença de Deus. Esses são os atributos de senhorio de Deus.

Yahweh é o controlador, aquele que chama todas as forças da natureza para trazer pragas sobre os egípcios e livrar o povo de Deus (Êx 3.19-20).

Yahweh é a autoridade suprema sobre toda a vida humana, aquele que sempre tem o direito de dar ordens e ser obedecido. Ele é o legislador supremo (Êx 20.2-3; Lv 18.4-5).

Yahweh é presente, não apenas no sentido de sua onipresença em toda a terra, mas de que ele se envolve de modo próximo com um povo. O ápice da aliança entre Deus e seu povo é Emanuel: Deus conosco (Gn 17.7; Ap 21.3-4).⁶ Assim como ele é o legislador, que deu a lei, também é aquele que dá graça.

Há uma relação de perspectiva entre esses atributos de senhorio:

O controle exercido por Deus deixa implícitas sua autoridade e sua presença. Uma vez que o controle divino inclui controle sobre o âmbito da obrigação (“o que deve ser”), aponta para sua autoridade. E, uma vez que é abrangente, aponta para sua presença; afinal, como Deus poderia ser onipotente em toda parte se não estivesse presente em toda parte?

A autoridade de Deus deixa implícitos seu controle e sua presença. Ele tem o direito de dar ordens a tudo o que criou, o que significa que ele controla tudo o que criou. E seu controle e sua autoridade sobre cada centímetro quadrado da criação apontam para sua presença em cada centímetro quadrado da criação.

A presença de Deus deixa implícitos seu controle e sua autoridade. Sua presença é, afinal, sempre a presença do Senhor. Se ele está presente com qualquer criatura, é capaz de controlar essa criatura e tem o direito de lhe dar ordens.

Portanto, cada um dos atributos de senhorio abrange os outros dois. Não são separados, mas, sim, constituem maneiras diferentes de caracterizar a unidade complexa que é Deus ao se relacionar com seu mundo criado. Cada um é, portanto, uma perspectiva pela qual Deus é visto, e cada um é uma perspectiva pela qual os outros dois são vistos.

Podemos observar que, em geral, o Pai é associado ao atributo de senhorio de autoridade, o Filho ao controle e o Espírito à presença. No entanto, essa distinção não é nítida. As três Pessoas são o Senhor, e são relacionadas ao mundo como o Senhor é relacionado a seus servos. Essa é uma aplicação do *circumcessio*, fato de que cada uma das Pessoas está “nas” outras duas. E é uma aplicação da relação de perspectiva existente entre os atributos de senhorio que apresentei no parágrafo anterior.

Perspectivas situacional, normativa e existencial

É edificante olhar para Deus e para seu mundo da perspectiva de qualquer um de seus atributos. O mundo todo reflete sua justiça (Sl 89.14), sua santidade (Is 6.3), seu poder (Sl 65.6; 78.26), sua sabedoria (Sl 104.24). Como vimos, cada atributo divino é Deus visto de determinada perspectiva. Portanto, reconhecer a sabedoria de Deus no mundo é reconhecer o próprio Deus. Que revelação maravilhosa saber que Deus está presente junto a toda a sua criação, o que torna possível dizermos, por exemplo, que tudo em nossa experiência é feito pela sabedoria do próprio Deus.

O mesmo se aplica aos atributos de senhorio de Deus. Como observamos, o controle, a autoridade e a presença são evidentes e eficazes em toda parte, o que significa que o próprio Deus está no controle, exerce autoridade e está presente em toda parte. Toda a criação declara a glória de Deus (Sl 19.1).

Estudar o curso da natureza e da história é estudar o curso do controle exercido por Deus sobre seu mundo. Seu controle fornece uma perspectiva (eu a chamo perspectiva situacional) que lança luz sobre tudo o que acontece. Quando as nuvens se iluminam com relâmpagos e ressoam com trovões, esse é o poder de nosso Deus, seu instrumento para controlar seu mundo. Quando os campos produzem colheitas fartas, também é o poder de Deus. Quando um terremoto envia águas de tsunami para destruir casas e campos, também é o poder de Deus. Observamos que o poder de Deus na natureza é graça e julgamento. Descobrimos, com isso, o terror da ira de Deus contra o pecado e seu poder de corrigir todas as coisas. O controle soberano de Deus caracteriza, portanto, nosso ambiente, nossa situação.

Estudar a autoridade de Deus é aprender sobre o universo moral, a natureza da obrigação. É estudar o mundo da perspectiva normativa. Nesse caso, estudamos o mesmo mundo, a situação, mas com ênfase diferente. Aprendemos a respeito de Deus como legislador, aquele que regulamenta nossa conduta, que recompensa e castiga nosso comportamento. Estudamos o mesmo universo que vimos na perspectiva situacional, mas com ênfase no entendimento de nossas obrigações. Chamo isso perspectiva normativa.

Vimos que tudo na natureza e na história revela o controle exercido por Deus. Mas todas as coisas também revelam a autoridade de Deus. No jardim do Éden, Deus encarregou Adão e Eva de encher a terra e sujeitá-la (Gn 1.28). Portanto, Adão e Eva deviam estudar cada um dos fatos do mundo de Deus a fim de identificar como esse fato poderia ajudá-los a obedecer à ordem de Deus. Quando Adão encontrou uma amendoeira, viu essa árvore não apenas como um fato do universo de Deus, mas também como uma forma de obedecer à ordem de Deus, a saber, de usá-la como alimento. Adão estudou o mundo não apenas para identificar os fatos de Deus, mas também para entender as normas de Deus.

Estudar a presença de Deus é entender que toda a criação constitui seu santuário pessoal (Is 66.1). Esse estudo trata dos mesmos fatos que as perspectivas situacional e normativa, mas também tem uma ênfase diferente. Aqui, observamos que todos os fatos e acontecimentos da natureza e da história são, na

realidade, manifestações de nosso Deus pessoal. Controle e autoridade não são princípios ou forças impessoais. São pensamentos e ações do Deus vivo que planejou essa narrativa, que fala por meio dela, julga os perversos, exalta os justos e comunica seu amor a todo o seu povo. O estudo da presença pessoal de Deus em todas as coisas é o que chamo perspectiva existencial.

Vimos anteriormente que cada perspectiva autêntica abrange as outras, pois cada perspectiva trata do mesmo mundo. Vimos que os atributos de senhorio incluem uns aos outros: seu controle abrange sua autoridade e sua presença, e assim por diante.

Portanto, a perspectiva situacional abrange as outras duas. Parte da situação é o universo moral e a onipresença de Deus.

A perspectiva normativa abrange as outras duas. Afinal, as normas de Deus exigem que reconheçamos a criação e a interpretação, por ele, da natureza e da história. Elas nos chamam a crer em seu controle e em sua onipresença.

E a perspectiva existencial abrange as outras duas. Afinal, discernimos a presença pessoal de Deus justamente em seu controle sobre o mundo e sobre o universo moral.

Por vezes, alunos me perguntam de que perspectiva algo faz parte: montanhas parecem fazer parte da perspectiva situacional. É isso mesmo? Sim. Mas também fazem parte da perspectiva normativa, pois revelam Deus como legislador (Rm 1.18-32).⁷ Consequentemente, as montanhas também fazem parte da perspectiva existencial, pois são um lugar da presença pessoal de Deus. Tudo pertence a todas as perspectivas. E as três perspectivas em si pertencem umas às outras. A perspectiva normativa faz parte de nossa situação. A situação revela Deus como aquele que nos dá normas. E a presença pessoal de Deus revela a natureza de nossa situação e o conteúdo de nossa obrigação.

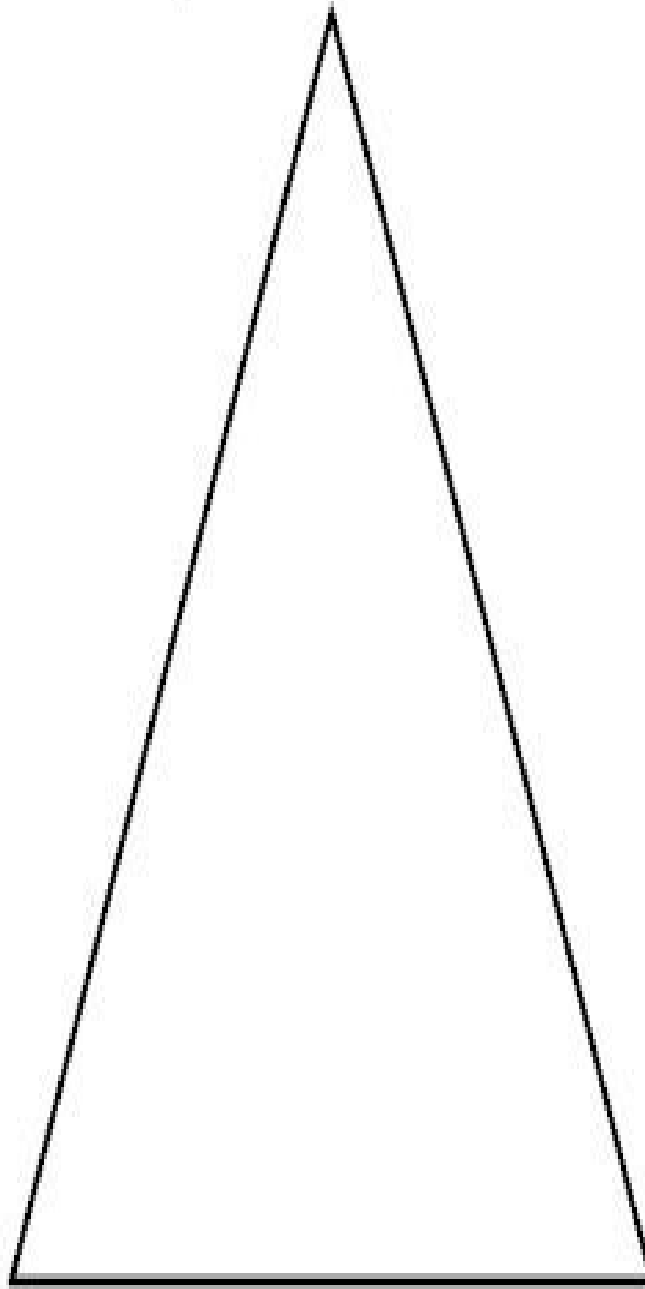
Apresento essas considerações para mostrar que perspectivas são perspectivas. Não são três partes da realidade (assim como os atributos de Deus não são partes dele). Antes, cada uma contém toda a realidade, como ângulo a partir do qual toda a realidade pode ser entendida. Assim como a força de Deus faz parte

de sua justiça, a perspectiva situacional faz parte da normativa, e cada perspectiva faz parte das outras duas.

Se eu desenhar um círculo para representar toda a realidade, a perspectiva situacional não é uma seção desse círculo, como uma fatia de torta. Antes, é o círculo todo, entendido de determinada maneira. O mesmo se aplica às perspectivas normativa e existencial.

Prefiro, contudo, mostrar essas relações em um diagrama de triângulo em lugar de um círculo.

Perspectiva normativa



Perspectiva situacional

Perspectiva existencial

O triângulo todo representa o conteúdo de nossa experiência e/ou reflexão. Os cantos são três ângulos a partir dos quais podemos olhar para o mesmo assunto. A fim de estudar essa realidade da perspectiva normativa, começamos com o canto superior e perguntamos o que Deus estipulou como obrigação a ser cumprida em nosso estudo. A fim de compreender plenamente as normas de Deus, descobrimos que temos de aplicar suas ordens à situação diante de nós (perspectiva situacional) e a nossa vida interior (perspectiva existencial). Vemos, portanto, como um entendimento pleno da perspectiva normativa não é possível sem um entendimento das outras duas perspectivas.

Outra possibilidade é começar com a pergunta: Quais são os fatos? Em outras palavras, qual é a situação? Nesse caso, voltamos a atenção para a perspectiva situacional. Não demoramos a perceber, contudo, que é impossível entender a situação sem entender nosso lugar na situação (a perspectiva existencial) e sem entender as normas que governam o devido estudo do mundo de Deus (a perspectiva normativa). Portanto, um entendimento pleno da perspectiva situacional não é possível sem as outras duas perspectivas.

Também podemos perguntar: Como tudo isso se aplica a mim? Ao fazê-lo, começamos pela perspectiva existencial. No entanto, não temos condições de entender quem somos sem entender nosso ambiente (isto é, a perspectiva situacional). E não temos como entender a nós mesmos sem entender as obrigações que Deus estipulou para nós (a perspectiva normativa).

Logo, as três perspectivas são, verdadeiramente, perspectivas. Nenhuma delas é uma parte da experiência, a ser estudada de forma isolada das outras. Antes, são aspectos da experiência que incorporam e incluem uns aos outros. São três maneiras de interagir com a experiência, três ênfases de nosso estudo. Cada uma, porém, inclui as outras duas.⁸

Para recapitulação e reflexão

Como é possível Deus (ou qualquer outra coisa) não ter partes? Ou “simplicidade” é um contrassenso?

Cada atributo divino tem todos os outros. Dê exemplos.

“Os atributos de Deus são qualidades pessoais, não entidades ou forças impessoais”. Explique. Qual é a importância desse fato?

As Pessoas da Trindade são perspectivas umas das outras? Justifique sua resposta.

Mostre como as distinções entre as Pessoas da Trindade implicam os “atributos de senhorio”.

Mostre como as três perspectivas de conhecimento humano surgem dos atributos de senhorio de Deus.

Mostre como cada uma das três perspectivas abrange as outras duas. Existe algo limitado a uma ou outra perspectiva? Justifique sua resposta.

Descreva os cantos do triângulo de Frame.

Glossário

atributo. Qualidade ou predicado de algo. Os atributos de Deus são suas perfeições.

atributos de senhorio. Atributos divinos de controle, autoridade e presença que, nas Escrituras, definem a natureza do senhorio de Deus.

autoridade. Atributo de senhorio de Deus pelo qual ele tem direito de ser obedecido em todas as suas ordens.

circumcessio. Doutrina segundo a qual Pai, Filho e Espírito Santo estão em

“no” outro. Sinônimo de circumincesso e perichoresis.

controle. Atributo de senhorio de Deus que se refere a seu poder de determinar todos os acontecimentos da natureza e da história.

fato. Uma conjuntura, elemento da perspectiva situacional.

filioque. Termo acrescentado ao Credo Niceno na igreja ocidental; mostra que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, não apenas do Pai. Filioque significa “e o Filho”.

perspectiva existencial. Perspectiva do conhecimento humano que focaliza nossa experiência subjetiva interior em grande proximidade com a presença de Deus.

perspectiva normativa. Perspectiva do conhecimento em que focalizamos o mundo como revelação da vontade de Deus.

perspectiva situacional. Perspectiva do conhecimento em que focalizamos os objetos no mundo.

peçoal. Capaz de saber, pensar, planejar, comunicar-se verbalmente etc.

presença. Atributo de senhorio pelo qual Deus está presente junto a todas as coisas no mundo.

propriedades peçoais. Qualidades das três Pessoas da Trindade que elas não compartilham umas com as outras. O Pai tem a propriedade de gerar eternamente o Filho, o Filho tem a propriedade de ser gerado eternamente pelo Pai, e o Espírito tem a propriedade de proceder do Pai e do Filho. (Veja, porém, filioque.)

sabelianismo. Conceito herético de que Deus é somente uma Pessoa que desempenha os papéis de Pai, Filho e Espírito Santo.

simplicidade. Qualidade de acordo com a qual Deus não tem partes. Seus atributos não são partes dele, mas perspectivas de todo o seu ser; por exemplo, o amor de Deus é Deus.

Trindade. Doutrina cristã segundo a qual há somente um Deus em três Pessoas:

Pai, Filho e Espírito Santo.

Yahweh. Nome divino revelado a Moisés em Êxodo 3.15, geralmente traduzido por Senhor nas Escrituras.

LEITURAS adicionais

Augustine, On the Trinity [edição em português: Agostinho, A Trindade, Patrística (São Paulo: Paulus, 2020)]. Essa é a formulação teológica conclusiva da Trindade na igreja ocidental.

John Frame, TS [edição em português: Teologia Sistemática: uma introdução à fé cristã, 2 vols. (São Paulo: Cultura Cristã, 2019)]. Esse livro desenvolve uma abordagem triperspectivista das Escrituras com base na doutrina da Trindade. Minha exposição dessa doutrina se encontra nas p. 421-515.

_____. DD [edição em português: A doutrina de Deus. Teologia do Senhorio (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013)]. Essa é minha discussão original sobre a natureza e os atributos de Deus. Trato da doutrina da Trindade nas p. 619-736.

Vern S. Poythress, The lordship of Christ: serving our Savior all the time, in all of life, with all of our heart (Wheaton: Crossway, 2016) [edição em português: O Senhorio de Cristo: servindo ao salvador o tempo todo em tudo o que fazemos de todo o nosso coração (Brasília: Monergismo, 2019)].

_____. Knowing and the Trinity: how perspectives in human knowledge imitate the Trinity (Phillipsburg: P&R Publishing, 2018).

_____. “Reforming ontology and logic in the light of the Trinity”, Westminster Theological Journal 57, 1 (1995), p. 187-219.

B. B. Warfield, “The biblical doctrine of the Trinity”, in: The works of Benjamin B. Warfield (New York: Oxford University Press, 1927-32; Grand Rapids:

Baker, 1991) 2:133-72. A citação é da edição da Oxford University Press.

¹ Quanto à simplicidade divina, veja DD, p. 225-30; TS, p. 428-33.

² As Escrituras dizem que “Deus é amor” (1Jo 4.8), mas não dizem que “amor é Deus”. Pregadores muitas vezes chamam a atenção para essa diferença. O problema da segunda expressão é que temos a tendência de confundir o amor de Deus com o amor humano, a ponto de praticamente venerar o amor humano. Deus não deve ser identificado com amor finito e, certamente, não com amor ilícito que, na verdade, não existe. Contudo, o amor divino, o amor que o próprio Deus nos dá, é diferente. E o mesmo pode ser dito de sua sabedoria, bondade, graça, eternidade, e assim por diante.

³ Os termos tradicionais para essa habitação interior mútua são circumincessio e perichoresis.

⁴ A igreja reconhece, historicamente, a fonte dessas diferenças nas “propriedades pessoais” das três Pessoas: o Pai não é gerado, mas gera o Filho. O Filho é gerado pelo Pai. O Espírito procede do Pai. A igreja ocidental, sob a influência de Agostinho, diz que o Espírito procede do Pai “e do Filho” (o famoso filioque, rejeitado pela igreja oriental). Gerar e proceder são ocorrências eternas e, portanto, definem a existência eterna distinta de cada pessoa.

⁵ O termo hebraico (ruach) e o termo grego (pneuma) para “Espírito” também significam “vento” ou “sopro”.

⁶ Para uma argumentação completa que associa o nome Yahweh a esses três atributos de senhorio, veja DD, p. 21-102.

⁷ A ira de Deus faz os montes abalar e estremecer (Sl 18.7).

⁸ Como vimos anteriormente, Vern Poythress define perspectiva como “uma vista a partir de algum lugar. Mais precisamente, é uma (1) vista de algo (2) por alguém (3) a partir de algum lugar”. Como Poythress destaca, essa é uma definição triperspectivista de “perspectiva”. Perspectiva é (1) o “tema” (normativa), (2) a pessoa (existencial) e (3) o contexto (situacional). Veja Poythress, *Knowing and the Trinity: how perspectives in human knowledge imitate the Trinity*, 2018.

O evangelho em três facetas

A Bíblia nos fala não apenas de Deus, mas também de nós mesmos e de nosso mundo. Seu propósito central é nos dar notícias de nós mesmos que precisamos ouvir encarecidamente. Primeiro temos a má notícia: pecamos e estamos destituídos da glória de Deus (Rm 3.23). Em razão de nosso pecado, merecemos a morte como castigo de Deus (Gn 2.17). Mas Deus é misericordioso além de nossa imaginação, e ele enviou seu Filho, Jesus Cristo, para morrer na cruz e pagar a pena por nosso pecado a fim de que possamos ter vida eterna (cf. Jo 5.21-24; Rm 6.23).

A salvação é obra de Deus, a Santíssima Trindade. Deus, o Pai, nos escolheu em Cristo antes da fundação do mundo (Ef 1.3-4). O Filho nasceu da virgem Maria, teve uma vida humana, morreu em nosso lugar e ressuscitou (Ef 1.7-10). Em seguida, ele e o Pai enviaram o Espírito para nos regenerar, nos dar poder e nos santificar (Ef 1.11-14).

O evangelho é a boa-nova que nos diz o que Deus fez para nos salvar. De forma triperspectivista, o evangelho nos diz o que Deus quer que façamos (lei), o que Deus tem feito ao longo dos anos para nos redimir (história) e como Deus nos renova de dentro para fora por meio de seu Espírito (regeneração e santificação). O Pentateuco ou Torá, constituído dos cinco primeiros livros da Bíblia, focaliza a lei de Deus, embora traga, também, relatos históricos e narrativas de renovação interior. Essa parte das Escrituras enfatiza a perspectiva normativa.

Os livros de Josué a Esdras, os quatro Evangelhos e Atos focalizam a narrativa da história da redenção, a perspectiva situacional.

A literatura sapiencial (Jó a Eclesiastes) e as cartas do Novo Testamento ensinam os leitores especialmente a aplicar a redenção a seu coração e às decisões em sua vida.

Os livros proféticos (Isaías a Malaquias) e o livro apocalíptico (Apocalipse) combinam as perspectivas e estendem a fé e a esperança do leitor até o futuro indefinido.

Essas três perspectivas, porém, se encontram em todas as partes das Escrituras. Considere a perspectiva normativa. Como mencionei, a lei mosaica nos cinco primeiros livros das Escrituras enfatiza a perspectiva normativa. Os Dez Mandamentos (Êx 20.1-18; Dt 5.6-22) apresentam as ordens fundamentais de Deus. No entanto, pressupõem claramente um contexto situacional. Em Êxodo 19, Deus se encontra com os israelitas para firmar uma aliança com eles. E, existencialmente, os mandamentos inspiram nossa obediência ao aplicar a lei a nossas motivações interiores, como no caso do último mandamento: “Não cobiçarás”.

Deus apresenta a lei para nós não apenas na lei de Moisés, mas em todas as partes da Bíblia. Josué diz que Israel deve meditar na lei de Deus dia e noite (Js 1.8). Por certo, uma vez que toda a Bíblia é a Palavra de Deus, ela é inteiramente normativa. Tudo o que Deus diz tem o propósito de governar nossa vida e motivar nossa adoração (2Tm 3.16-17).

De modo semelhante, a perspectiva situacional abrange a Bíblia em sua totalidade, pois tudo faz parte do relato bíblico da história da redenção. A lei mosaica vem a Israel como grande acontecimento redentor; o mesmo acontece com a vinda do Espírito Santo na festa de Pentecostes (At 2).

E a perspectiva existencial está presente em todas as páginas da Bíblia, pois é propósito de Deus que cada palavra das Escrituras seja alimento para nossa alma (Mt 4.4). A lei e a história são dirigidas ao coração do leitor.

Portanto, nossas divisões básicas das Escrituras (lei, história, sabedoria, profecia etc.) não separam categoricamente as três perspectivas uma da outra. Uma vez que Deus é um só Deus em três Pessoas, sua Palavra é uma só realidade em três perspectivas.

E, como vimos, cada Pessoa divina mostra o senhorio em três perspectivas comuns a toda a Trindade. É especialmente digno de nota que Jesus, nosso Senhor e Salvador, é o supremo Profeta (autoridade), Sacerdote (presença) e Rei (controlador).

Lei e evangelho

Não obstante, teólogos e outros cristãos são tentados a separar aquilo que Deus uniu. Algumas linhas teológicas protestantes, principalmente na tradição luterana, mas também no pensamento de alguns escritores reformados, afirmam que a lei de Deus (nossa perspectiva normativa) é inteiramente separada de seu evangelho (entendido como a narrativa de acontecimentos redentores, a graça salvadora de Deus na história, nossa perspectiva situacional).

Essa separação é uma extrapolação do contraste bíblico entre fé e obras como meio de salvação. Uma vez que a salvação é somente pela fé, não é, de maneira nenhuma, por obras (Ef 2.8-10). Portanto, no conceito separatista, a mensagem da lei (por meio da qual sabemos que obras são agradáveis a Deus) deve ser nitidamente distinguida da mensagem do evangelho (que nos revela a graça de Deus, aquilo que Deus fez em nosso favor por meio de Cristo). De acordo com essa linha de argumentação, uma vez que há uma separação categórica entre graça e obras, a mensagem da graça deve ser nitidamente distinguida da mensagem de obras (isto é, da lei). Não há graça ou promessa na lei, não há obrigações no evangelho. A lei suscita apenas terror, e o evangelho, apenas alegria e gratidão.

Contudo, essa separação entre lei e evangelho não é bíblica.¹ A mensagem da lei de Deus é uma bênção redentora, uma dádiva da graça de Deus: “Afasta de mim o caminho da falsidade e, por tua graça, ensina-me tua lei!” (Sl 119.29). Ademais, a mensagem do evangelho é uma mensagem sobre o triunfo da lei de Deus:

“Como são belos sobre os montes os pés do que anuncia as boas-novas, que proclama a paz, que traz boas-novas de felicidade, que proclama a salvação, que diz a Sião: ‘O teu Deus reina!’” (Is 52.7).

O evangelho é uma mensagem de renovação cósmica, a promessa de que o Grande Rei triunfará sobre seus inimigos e estabelecerá seu reinado de modo

visível a todos. E o evangelho contém lei: fala às pessoas de sua obrigação de se arrepender e crer (At 2.38-39). Essa obrigação transmite a promessa de Deus a seus ouvintes e aos filhos deles (At 2.39). Dá alegria àqueles que creem, mas provoca terror naqueles que persistem em sua rebeldia contra Deus. Quando Deus proclama a lei, essa proclamação é prazer para os justos (Sl 1.1-2), tanto quanto é terror para os perversos.

Devemos ver a lei e o evangelho como aspectos da mensagem única de Deus para a raça humana caída. A lei é sua perspectiva normativa, o evangelho é sua perspectiva situacional. Exorta à obediência a Deus e, ao mesmo tempo, à proclamação da graça divina. Exorta à adoção de um novo modo de vida em que confiamos no sacrifício de Jesus por nossos pecados e lhe obedecemos como nosso Senhor.

Mas será que a unidade da mensagem não elimina a nítida distinção bíblica entre obras e graça? Certamente que não. Somos salvos pela graça de Deus somente pela fé, não por obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8-10). A palavra única de Deus nos fala, ao mesmo tempo, de nosso pecado e de como Deus salva pecadores: “Mas Deus mostra seu amor para conosco ao ter Cristo morrido por nós quando ainda éramos pecadores” (Rm 5.8). Não precisamos de duas palavras nitidamente distintas (e opostas) para nos dar duas mensagens diferentes.

A graça de Deus não vem a nós por obras, mas requer nossas obras em resposta a ela: “Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, que Deus preparou de antemão para que andássemos nelas” (Ef 2.10). Nossas boas obras são em resposta à graça de Deus, são resultado da graça de Deus, não o preço que pagamos pela graça de Deus. Para que a graça seja graça, não pode haver pagamento por ela. Somos incapazes de merecer a graça de Deus ou a salvação que vem da graça. Contudo, boas obras são a única ação apropriada diante da graça de Deus, a única forma apropriada de expressar gratidão a Deus por sua dádiva imensurável.

Objetivo e subjetivo

Outra divisão usada por alguns para a Palavra de Deus é a asserção de que o

verdadeiro evangelho diz respeito a realidades objetivas e não tem relação nenhuma com nosso estado interior subjetivo. “Realidades objetivas” são os acontecimentos na história por meio dos quais Deus realiza a salvação: a encarnação, a cruz, a ressurreição. “Subjetividade interior” descreve a transformação da vida humana produzida por esses acontecimentos. Portanto, realidades subjetivas abrangem regeneração (novo nascimento) e santificação (renovação do coração e da vontade).

Ao longo da história da igreja, houve alguns movimentos que focalizaram a vida interior, como o misticismo medieval e o quietismo da era da Reforma. É possível argumentar que o liberalismo protestante muitas vezes deu continuidade a essa ênfase. Nem as teologias de interioridade medievais nem as modernas adotam conceitos bíblicos ortodoxos de regeneração e santificação. Muitos evangélicos modernos, porém, falaram de modo mais bíblico sobre a renovação interior.

No entanto, alguns mais voltados para a ortodoxia protestante confessional desprezam a ênfase evangélica sobre a vida interior. Fazem observações como: “O evangelho diz respeito ao que acontece fora de mim, não ao que acontece dentro de mim”.

Uma vez que discordei da separação entre lei e evangelho, também discordo da separação entre exterior e interior, entre objetivo e subjetivo. O “objetivo” é alinhado com o que chamei perspectiva situacional (os fatos da história) e o “subjetivo” é a perspectiva existencial. Contudo, não é possível separá-los. A perspectiva situacional é um universo que inclui minha vida interior, e entendo fatos objetivos por meio de minha capacidade interior de conhecer. Ao mesmo tempo, a perspectiva existencial é condicionada por seu ambiente factual. Minha capacidade interior de conhecer se dá por meio de fatores externos a mim: meus pais, minha escolaridade, minha experiência e, especialmente, Deus.

Portanto, quando Pedro anuncia o evangelho no dia de Pentecostes, promete que quem o aceitar receberá “o dom do Espírito Santo” (At 2.38). O Espírito nas Escrituras renova nosso coração, nossa vida interior. Aprender de Cristo significa ser desafiados em todos os aspectos de nossa vida:

“Despir-se do velho homem, que pertence a sua antiga maneira de viver e é

corrompido por desejos enganosos, e ser renovados no espírito de sua mente, e revestir-se do novo homem, criado segundo a semelhança de Deus em verdadeira justiça e santidade” (Ef 4.22-24).

O evangelho é boa-nova para a pessoa como um todo, para o subjetivo bem como para o objetivo. Dá-nos liberdade de louvar a Deus, tanto por aquilo que ele fez por nós quanto por aquilo que ele fez (e continua a fazer) em nós. No evangelho,

“Deus escolheu dar a conhecer entre os gentios quão grandes são as riquezas da glória desse mistério, a saber, Cristo em vocês, a esperança de glória” (Cl 1.27, grifo do autor).

Deus, em sua revelação, na pregação do evangelho, mostra sua lei, os mandamentos conforme os quais devemos viver. Ele proclama redenção, por meio da qual ele nos salva de nossa desobediência a sua lei. E ele proclama renovação de coração, por meio da qual temos uma vida nova de santidade e justiça. Nenhum desses itens é separado dos outros dois. Sua lei define os únicos termos pelos quais podemos ser salvos e renovados. A salvação cumpre a lei ao prover justiça, bem como amor. A renovação permite que os redimidos cumpram a lei (Rm 8.4) e sejam libertos da lei do pecado e da morte (Rm 8.1-2). No evangelho, Deus revela sua lei, completa redenção e a renovação de que precisamos para ter uma vida redimida.

Sagrado e secular

Ainda outros procuraram fazer distinção nítida entre a palavra de Deus para o âmbito “sagrado” (coisas santas, igreja, culto prestado pelos crentes) e para o âmbito “secular”, “profano” ou “comum” (cultura, governo, conhecimento

geral).² Esses âmbitos são chamados, por vezes, os “dois reinos” de Deus.

Por certo, existe uma distinção nas Escrituras entre âmbitos mais sagrados e âmbitos menos sagrados. Deus está presente em toda parte, mas separa determinados espaços em que sua presença é especialmente intensa. No primeiro encontro de Moisés com Deus junto ao arbusto em chamas que não era consumido, Deus o instruiu a remover suas sandálias, pois o lugar em que ele estava era “terra santa” (Êx 3.4-5). Outros lugares especialmente sagrados são o Sinai, o monte santo; o Tabernáculo e o Templo (especialmente o pátio interior); a pessoa de Cristo (Jo 1.14); e o corpo dos crentes como templo do Espírito (1Co 3.16-17).

Devemos observar, ainda, que a Palavra de Deus define limites especiais para aqueles que entram em espaço sagrado. Moisés teve de remover as sandálias perto do arbusto em chamas, mas em outros lugares era aceitável que ele as calçasse.

A teoria dos dois reinos procura, contudo, expandir essa distinção para todas as áreas da vida humana. Levar incenso ao templo, por exemplo, é uma atividade “santa”, enquanto aplicar leis civis é algo “comum” ou “secular”. A meu ver, as Escrituras não fazem essa distinção.

Primeiro, a distinção nas Escrituras entre santo e comum é relativa. O pátio interior do Templo é o lugar mais santo de Israel. O pátio exterior também é santo, mas em menor grau; logo, embora seja relativamente santo, também é relativamente comum ou profano. O templo como um todo é ainda menos santo, como também o é o monte (Sião) em que ele se encontra. O povo de Israel como um todo é povo santo de Deus; é santo em comparação com outras nações, mas menos santo que o sacerdócio. E o crente israelita comum é ainda menos santo; mas, pelo menos no Novo Testamento, todo crente é santo em sua condição de templo do Espírito.

Não existe uma cerca que delimite o mundo e faça com que tudo de um lado seja sagrado e tudo do outro lado seja secular. Aliás, em certo sentido, a terra e os céus em sua totalidade são santos, pois são lugar de habitação de Deus:

“Assim diz o Senhor: ‘O céu é meu trono, e a terra, o estrado de meus pés. Que casa edificariam para mim? E qual é o lugar de meu descanso?’” (Is 66.1).

Também não há uma linha que possa dividir as várias atividades da vida humana, permitindo que algumas sejam consideradas sagradas e outras, seculares. Por exemplo, costumamos pensar na adoração como algo supremamente “santo”. Mas Paulo diz:

Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis vosso corpo como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é vosso culto espiritual. Não vos amoldeis a este mundo, mas sede transformados pela renovação de vossa mente, para que, por experiência, possais discernir a vontade de Deus, aquilo que é bom, agradável e perfeito (Rm 12.1-2).

Nesse contexto, o culto não consiste na participação de uma liturgia formal; consiste em ética: nossa tentativa de obedecer a Deus em tudo o que fazemos e, conseqüentemente, de ser diferentes do mundo. Nesse contexto, a vida como um todo é adoração, e toda a vida redimida é santa.

Conclusões

Neste capítulo, focalizei o evangelho: as boas-novas de Deus que anunciam que somos salvos do pecado. Esse evangelho reflete a natureza trinitária de Deus: é único e múltiplo. Em sua qualidade múltipla, tem três perspectivas. Expressa a lei de Deus, os fatos históricos a respeito de Jesus e a renovação interior que ocorre por meio do dom do Espírito Santo.

Não obstante, a mensagem do evangelho não é apenas múltipla, mas também única. Há lei no evangelho, e evangelho na lei. Há objetivo no subjetivo, e subjetivo no objetivo. E há santidade em nossa vida comum e caráter comum no sagrado.

Para recapitulação e reflexão

Descreva o evangelho bíblico e mostre como ele é obra de Deus, a Santíssima Trindade.

Faça um esboço das diversas seções das Escrituras e mostre como cada uma contribui para o evangelho.

Descreva a distinção entre lei e evangelho (1) nas Escrituras e (2) na discussão teológica.

Descreva a distinção entre objetivo e subjetivo na discussão teológica a respeito desse tema. Defenda aquele que, a seu ver, é o posicionamento verdadeiro.

Descreva a discussão sobre os “dois reinos”. A seu ver, onde está a verdade? Por quê?

Glossário

dois reinos. Distinção feita por alguns teólogos entre sagrado e secular.

evangelho. Boas-novas, mais especificamente de que Deus concede salvação àqueles que creem em Jesus.

graça. Favor imerecido de Deus para com aqueles que merecem sua ira.

história. A série de acontecimentos, no tempo, relevantes para a vida humana e especialmente para a salvação dos seres humanos.

lei. Regras e normas que definem a obediência a Deus.

objetivo. Aquilo que é definido por Deus como fato, não obstante em que as criaturas preferem crer.

obras. Ações realizadas por indivíduos; em alguns casos, acredita-se que mereçam recompensa.

profeta. Indivíduo nomeado por Deus para anunciar fielmente a palavra de Deus. Um dos “três ofícios” de Jesus.

redenção. Atos bondosos de Deus para restaurar os seres humanos caídos por meio da expiação que Cristo realizou.

regeneração. Novo nascimento, em que o Espírito Santo cria em nós um novo coração caracterizado por fé e obediência (Jo 3.3).

rei. Indivíduo nomeado por Deus para governar a nação e sujeitá-la à obediência a Deus. Um dos “três ofícios” de Jesus.

sacerdote. Indivíduo nomeado por Deus para lhe apresentar sacrifícios e interceder por seu povo. Um dos “três ofícios” de Jesus.

sagrado. Âmbito da santidade de Deus.

santificação. Obra do Espírito Santo por meio da qual os pecadores são feitos santos.

secular. Aquilo que não é santo, mas, sim, comum ou profano.

subjetivo. Aquilo que existe na consciência, na mente ou nos sentimentos humanos.

John Frame, DCD. Quanto ao lugar da subjetividade na teologia, veja p. 319-46.

_____. ET. Ensaio sobre a teoria dos dois reinos e outros temas.

_____. “Law and Gospel”, in: Frame, SSW3, p. 186-98.

John Murray, *Redemption accomplished and applied* (Grand Rapids: Eerdmans, 1955) [edição em português: *Redenção consumada e aplicada* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010)]. Essa é uma descrição criteriosamente elaborada dos vários elementos da salvação, que abrange chamado, regeneração, justificação, adoção e santificação.

¹ Desenvolvi uma extensa argumentação contra a distinção lei/evangelho em meu artigo “Law and gospel”, agora disponível em Frame, *Selected shorter writings* 3, p. 186-98.

² Alguns daqueles que enfatizaram essa distinção em tempos mais recentes foram Meredith Kline, Michael Horton e David Van Drunen. Faço uma análise crítica desses autores em minha obra *The Escondido Theology*.

Perspectivas na vida como um todo

O evangelho

é boa-nova para a vida como um todo. Estabelece um relacionamento entre nós e Cristo, nosso Senhor e, como vimos, o senhorio de Cristo pode ser entendido de forma triperspectivista. Como Profeta, Sacerdote e Rei supremo, ele é a autoridade, presença e controlador supremo. Nesses aspectos, reflete os atributos de senhorio de toda a Trindade.

Esses ofícios de Cristo são especialmente preciosos para nós quando pensamos na salvação em si. Como vimos, porém, a salvação que ele concede transforma a vida humana como um todo. Ele é Profeta, Sacerdote e Rei em todas as áreas da vida. Quando os crentes vão para o trabalho, levam sua fé consigo: “Portanto, quer comais, bebais ou façais qualquer coisa, fazei tudo para a glória de Deus” (1Co 10.31). Quando essa instrução é seguida, transforma o local de trabalho dos crentes. O evangelho muda a vida como um todo, pois cria novas pessoas, como novas criações de Deus (2Co 5.17).

Novas realidades históricas surgem. Pessoas renovadas produzem avanços no culto e na liturgia, mas também nos negócios, nas artes, no governo, no entretenimento, no cuidado dos enfermos e dos pobres e em todas as disciplinas acadêmicas. Quanto às disciplinas acadêmicas de modo específico, meu colega Vern Poythress publicou uma série de livros sobre a “redenção” de diferentes esferas da vida humana, como ciência¹, sociologia², matemática³ e filosofia.⁴ A argumentação desenvolvida nessas obras não é de que a redenção se estende a essas disciplinas da mesma forma que se estende a crentes individuais. Antes, pessoas redimidas levam sua fé para os meios acadêmicos e encontram na revelação de Deus maneiras novas e relevantes de entender a criação de Deus. Esse novo entendimento pode levar a mudanças culturais benéficas.⁵

Como Poythress mostra, ao levarmos nossa fé para o local de trabalho e para os meios acadêmicos, temos de aprender a ver a criação como a Palavra de Deus a apresenta, não como nossa autonomia pecaminosa gostaria que ela fosse. A Bíblia não é um livro didático de ciências, matemática ou política, mas o que ela diz a respeito dessas disciplinas é verdadeiro, pois é palavra de Deus. E aquilo que descobriremos como trabalhadores e acadêmicos cristãos concordará, necessariamente, com o que a Bíblia diz. Não estou afirmando que existe uma forma bíblica específica de martelar um prego. Mas, quando martelamos um prego na madeira, devemos fazê-lo para levar adiante projetos que glorificarão a Deus.

Esse novo entendimento bíblico das coisas terá um aspecto triperspectivista, pois a criação toda é obra de nosso Deus Triúno. Tudo revela as normas de Deus, os fatos que ele criou e a vida interior de quem procura compreender. Como veremos, porém, esses três objetos de conhecimento não são separados de forma rígida. Há normas nos fatos; as normas em si são fatos; e normas e fatos são elementos de nossa experiência subjetiva.

No presente capítulo mostro como um entendimento triperspectivista pode nos ajudar a interagir com todos os aspectos do mundo que Deus criou. Há três tipos principais de interação com a revelação de Deus no mundo: conhecer, escolher e sentir. Tratarei de cada uma delas e procurarei identificar como cada uma se relaciona com as outras e esclarece aspectos de nosso conhecimento e de nossa vida.

Conhecer

6

Costumamos pensar no conhecimento como algo fundamental para todas as atividades humanas no mundo de Deus. A fim de cultivar milho, precisamos saber o que é milho, como ele cresce e muitos outros fatos. Tudo indica, portanto, que o conhecimento é o ponto de partida das atividades humanas. Claro que o conhecimento não é apenas o ponto de partida. Conhecimento inicial leva a conhecimento posterior. E muito conhecimento chega a nós no transcurso de

outras atividades. Raramente, se é que isso acontece, adquirimos conhecimento sem fazer outra coisa ao mesmo tempo. Portanto, assim como o conhecimento nos ajuda em nossas outras atividades, o inverso também ocorre.

Para que exista conhecimento, é necessário que existam fatos (o assunto que procuramos conhecer), mentes capazes de conhecer esses fatos e normas ou regras para avaliar quando a mente identificou e interpretou os fatos corretamente. Em nosso entendimento triperspectivista, os fatos representam a perspectiva situacional, a mente representa a perspectiva existencial e as normas, a perspectiva normativa.

Esses três fatores do conhecimento podem parecer nitidamente distinguíveis. Na verdade, alguns talvez considerem importante fazer distinção nítida entre eles. Por exemplo, pareceria errado identificar a mente humana com seus objetos factuais de conhecimento. Seria uma confusão de objeto e sujeito e indicaria que a realidade é aquilo que a mente quer que ela seja. Lembre-se, porém, de que forneci no último capítulo razões pelas quais não devemos fazer, na teologia, distinção categórica entre objetivo e subjetivo. O sujeito, a mente, é em si mesmo um objeto de conhecimento, e os objetos de conhecimento são aquilo que a mente identifica como tal.

Afirmo, portanto, que os três elementos do conhecimento são relacionados de forma perspectivista. Cada um envolve os outros dois. (1) Os fatos (perspectiva situacional) abrangem as normas e a mente: a mente e as normas fazem parte dos objetos factuais a respeito dos quais buscamos conhecimento. (2) A mente (perspectiva existencial) abrange os fatos e as normas, pois só conhecemos fatos e normas por meio de nossa mente. Os fatos e as normas são aquilo que a mente reconhece como tal. E (3) as normas (perspectiva normativa) definem o que são os fatos e qual é o devido funcionamento da mente para identificá-los. Para propósitos diversos, pode ser de nosso interesse focalizar um ou dois desses itens. Nunca é possível, contudo, separar um deles categoricamente dos outros dois. A fim de responder a perguntas sobre fatos, precisamos de respostas sobre normas e sobre a mente, e assim por diante.

Fatos, normas e mente: as relações entre esses três fatores governam o estudo do conhecimento (epistemologia). E a história da epistemologia é uma história de teorias sobre as relações entre eles.⁷ Para Platão, por exemplo, o mundo das formas (perspectiva normativa) define o mundo das experiências sensoriais (perspectiva situacional). Os objetos das experiências sensoriais causam

perplexidade, mas as formas nos dizem o que eles verdadeiramente são. Os dois mundos, contudo, são diferentes e opostos (p. ex., as formas são perfeitas e o mundo sensorial é imperfeito), portanto as formas não são capazes de desempenhar sua função, a saber, de definir os objetos do mundo sensorial. Para Platão, a mente humana (perspectiva existencial) é capaz de transpor essa lacuna, mas sua tese não deixa claro como a mente é relacionada às outras duas categorias.

O problema é a autonomia. Platão não reconhece o Deus da Bíblia. Para ele, as formas, os objetos dos sentidos e a mente humana simplesmente “existem”, de modo autônomo e independente. Deus não tem nenhum papel na criação, redenção ou coordenação desses elementos e, portanto, não há motivo para esperarmos que eles sejam coordenados.

Na tradição racionalista (Descartes, Spinoza, Leibniz), a razão humana tem a última palavra na definição da verdade. É a verdade normativa e, portanto, final. Mas que fundamento há para imaginar que a razão humana é confiável o suficiente para ser o critério final da verdade e do conhecimento?

A tradição empirista (Locke, Berkeley, Hume), em oposição aos racionalistas, acreditava que a experiência sensorial (perspectiva situacional) é o critério supremo para a verdade. No entanto, os empiristas tiveram de reconhecer que a experiência sensorial não revela absolutos, não garante certeza. Como é possível, então, ser o critério “supremo” para qualquer coisa?

Como no caso de Platão, a discussão acaba por recorrer à mente humana autônoma (existencial) para fazer a avaliação final que, na realidade, só Deus pode fazer.

Em uma epistemologia teísta, Deus cria os fatos do mundo para que possam ser compreendidos apenas por meio de suas normas. Ele revela as normas em sua Palavra, sua revelação. E ele cria os seres humanos para que sejam capazes de entender os fatos da criação de acordo com as normas que ele revelou.

Escolher

Uma forma comum de entender a mente humana é dizer que ela consiste de intelecto, vontade e emoções. O intelecto é associado a “conhecer”; a vontade, a “escolher”; e as emoções, a “sentir”. De acordo com Platão, o intelecto devia governar a vida humana, uma convicção que também aparece de tempos em tempos entre pensadores cristãos.⁸ Outros (como Duns Scotus e Søren Kierkegaard) defenderam a primazia da vontade e ainda outros (como David Hume, Jean-Jacques Rousseau e Friedrich Schleiermacher) consideravam que o sentimento é e deve ser a principal influência sobre a vida humana.

A atividade de escolher, porém, é semelhante em vários aspectos à atividade de conhecer. As investigações que levam ao conhecimento são uma série de escolhas. Se procuro saber algo sobre tectônicas placas, por exemplo, escolho estudar livros sobre esse assunto, usar equipamentos para fazer observações precisas e desenvolver experimentos a esse respeito. Cada escolha conduz a maior conhecimento, e maior conhecimento, por sua vez, conduz a escolhas mais relevantes. O conhecimento refina minhas escolhas, e minhas escolhas refinam meu conhecimento, um círculo virtuoso, quando o projeto caminha bem.

Assim como conhecer, escolher é um processo que envolve três perspectivas. A fim de realizar as melhores escolhas, preciso entender a situação diante de mim, seguir as melhores regras para tomar decisões e estar satisfeito que fiz tudo isso corretamente. Perspectivas situacional, normativa e existencial.

Dessa forma, também podemos entender as escolhas como uma espécie de conhecimento, e vice-versa. Para conhecer um fato, preciso escolher os métodos e os procedimentos corretos e, uma vez que fiz essas escolhas, tenho o conhecimento que procurei. E, ao procurar conhecimento dessa forma, fiz as escolhas que me pareceram melhores.

Conhecer e escolher são perspectivas diferentes da obediência a Deus. Nossa resposta apropriada à revelação de Deus pode ser descrita como conhecimento ou como escolha: conhecimento baseado em escolha ou escolha baseada em conhecimento.

Sentir

Propus que conhecer e escolher são, em essência, a mesma coisa: descrições recíprocas e mutuamente dependentes de nossas respostas à revelação de Deus. Sentimento, ou emoção, a meu ver, pode ser acrescentado como uma terceira maneira de entender como nos posicionamos diante de Deus.

Muitos pensadores consideram o sentimento, ou a emoção, o extremo oposto do funcionamento do intelecto. O intelecto diz: “Eu sei”, “eu penso” ou “eu creio”, enquanto a emoção diz: “Eu sinto”. Mas qual é, exatamente, a diferença entre um sentimento e uma convicção? Os dois se baseiam em dados da introspecção. Uma crença é um fato a respeito de minha experiência interior; um sentimento é a mesma coisa. O pensamento é uma tentativa de expressar sentimentos em palavras.

Não entendo por que a asserção “Creio que está quente” não pode ser, na prática, um sinônimo para “Sinto que está quente”. Quando alguém diz para mim: “O general Pershing lutou na Primeira Guerra Mundial” e eu concordo com essa asserção, digo: “Acredito que sim”. Mas por que não devo dizer que minha crença é um sentimento que tenho em relação a essa asserção?

No capítulo anterior, levantei objeções à ideia de que o evangelho é inteiramente objetivo e, de nenhum modo, subjetivo. Aqui, generalizo a argumentação que desenvolvi anteriormente. Cada declaração de uma verdade objetiva é uma resposta subjetiva a dados que me foram apresentados.⁹

Conclusão

Conhecer, escolher, sentir: três interações com o mundo em que Deus nos colocou. Há uma relação de perspectivas entre elas. Conhecer é fazer escolhas apropriadas e responder de modo apropriado aos dados. Escolher é agir ao seguir sentimentos apropriados a respeito do conhecimento. Sentir é experimentar de modo apropriado dados apresentados por minhas escolhas e por meu conhecimento. Essas três interações com o mundo envolvem três perspectivas.

Para recapitulação e reflexão

Defina os três ofícios de Cristo. De que maneira refletem os atributos de senhorio da Trindade?

É legítimo falar de “redimir” a ciência e a sociologia, ou apenas de redimir seres humanos pecadores? Defenda sua resposta.

Faça distinção entre fatos, mente e normas como aspectos do conhecimento humano. Há uma relação de perspectiva entre eles? Justifique sua resposta.

Descreva a discussão filosófica sobre a relação entre formas e experiência sensorial. Você enxerga soluções promissoras para essas questões?

Você acredita na “primazia do intelecto”? Defina essa expressão e defenda sua resposta. De que maneira conhecer, escolher e sentir são inter-relacionados?

Glossário

conhecimento. Capacidade de agir de forma apropriada em referência a fatos, normas e/ou à vida interior.

emoção ou sentimento. Aspecto da mente humana associado à consciência própria.

empirismo. Teoria filosófica segundo a qual a experiência sensorial humana é a fonte suprema da verdade.

epistemologia. Estudo do conhecimento.

formas. Qualidades que tornam algo aquilo que ele é. Na filosofia de Platão, as

formas existem em um âmbito distinto do mundo de nossa experiência.

intelecto. Aspecto da mente associado ao conhecimento.

primazia do intelecto. Teoria segundo a qual a verdade vem primeiro ao intelecto, seguida da vontade e das emoções. Essa teoria afirma, com frequência, que o intelecto deve ser mais central que a vontade e as emoções no processo de tomar decisões.

racionalismo. Conceito filosófico segundo o qual a razão humana é a fonte suprema de conhecimento.

vontade. Aspecto da mente associado a fazer escolhas.

Leituras adicionais

John Frame, DCD. Meu estudo do conhecimento humano com base nas Escrituras.

_____. HWPT. Traz discussões sobre ideias e movimentos filosóficos dos quais tratamos neste capítulo.

_____. TS, p. 695-767. Um resumo e uma revisão da discussão sobre epistemologia em DCD.

Vern S. Poythress, The lordship of Christ: serving our Savior all of the time, in all of life, and with all of our heart (Wheaton: Crossway, 2016) [edição em português: O Senhorio de Cristo: servindo ao salvador o tempo todo em tudo o que fazemos de todo o nosso coração (Brasília: Monergismo, 2019)].

_____. Redeeming mathematics: a God-centered approach (Wheaton: Crossway, 2015) [edição em português: Redimindo a matemática: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2020)].

_____. Redeeming philosophy: a God-centered approach (Wheaton: Crossway, 2016) [edição em português: Redimindo a filosofia: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2019)].

_____. Redeeming science: a God-centered approach (Wheaton: Crossway, 2006) [edição em português: Redimindo a ciência: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2019)].

_____. Redeeming sociology: a God-centered approach (Wheaton: Crossway, 2011) [edição em português: Redimindo a sociologia: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2022)].

¹ [Poythress, Redeeming science: a God-centered approach \(Wheaton: Crossway, 2006\) \[publicado em português por Monergismo sob o título Redimindo a ciência: uma abordagem teocêntrica\].](#)

² [Poythress, Redeeming sociology: a God-centered approach \(Wheaton: Crossway, 2011\) \[publicado em português por Monergismo sob o título Redimindo a sociologia: uma abordagem teocêntrica\].](#)

³ [Poythress, Redeeming mathematics: a God-centered approach \(Wheaton: Crossway, 2015\) \[publicado em português por Monergismo sob o título Redimindo a matemática: uma abordagem teocêntrica\].](#)

⁴ [Poythress, Redeeming philosophy: a God-centered approach \(Wheaton: Crossway, 2014\) \[publicado em português por Monergismo sob o título Redimindo a filosofia: uma abordagem teocêntrica\].](#)

⁵ [Poythress resume bem o princípio de reconhecer o senhorio de Cristo em todas as áreas da vida em sua obra The lordship of Christ: serving our Savior all of the time, in all of life, with all of our heart \(Wheaton: Crossway, 2016\) \[publicado em português por Monergismo sob o título O Senhorio de Cristo: servindo ao salvador o tempo todo em tudo o que fazemos de todo o nosso coração\].](#)

⁶ [Tratei do conhecimento de modo bem mais extenso em DCD e em minha TS, p. 695-767.](#)

⁷ [Tratei da história da epistemologia de modo mais completo \(com outras questões filosóficas e teológicas\) em minha obra HWPT. Veja especialmente o capítulo de introdução, "Philosophy and the Bible", p. 1-45.](#)

⁸ J. Gresham Machen e Gordon H. Clark são dois exemplos. Ambos falaram da “primazia do intelecto”.

⁹ Para mais considerações sobre a relação entre convicções e sentimentos, veja o capítulo 7.

A perspectiva normativa

Fatos e normas

Nos próximos três capítulos, tratarei de algumas questões que surgem das três perspectivas individuais ao procurarmos usá-las para a glória de Deus. Na perspectiva normativa, considerarei, primeiro, a diferença básica entre normas e fatos, entre a perspectiva normativa e a situacional.

A distinção entre perspectiva normativa e perspectiva situacional corresponde à distinção comum entre fatos e normas. Fatos constituem o que é o caso, e normas constituem o que deve ser o caso. Com frequência, declaramos fatos no modo indicativo (p. ex., “Estudamos essa matéria no semestre passado”) e normas no imperativo (p. ex., “Limpe os pés no capacho”). Também é possível, contudo, expressar normas no modo indicativo, com palavras como “deve”, “precisa” “tem de” (p. ex., “Você precisa limpar os pés no capacho”).

Normas são nossas obrigações, e fatos são o mundo em que temos de cumprir essas obrigações. Em alguns contextos, precisamos ser lembrados de que normas e fatos são diferentes. Por exemplo, o filósofo G. E. Moore tratou daquilo que chamou “falácia naturalista”, uma tentativa ilegítima de deduzir uma norma a partir de um fato. Um exemplo seria: “Airbags evitam mortes em acidentes de carro; portanto, o governo deve exigir airbags em todos os carros”. Essa citação poderia ser o esboço de um argumento político persuasivo, mas, de forma isolada, não é um argumento válido. É possível que haja uma forma melhor de tratar do problema do que por meio de uma ação do governo. “Airbags evitam mortes” é a declaração de um fato; “o governo deve exigir airbags em todos os carros” é a declaração de uma norma. Muitos afirmam, portanto, que nunca devemos desenvolver um raciocínio de fatos para normas.

No entanto, fatos e normas são relacionados de modo bastante próximo. Se “airbags evitam mortes” é um fato, então é um fato que devemos reconhecer e em função do qual devemos agir. Poderíamos até definir fato dessa forma: um fato é uma situação que devemos reconhecer e em função da qual devemos agir. E também poderíamos definir norma em relação a fato: uma norma é uma obrigação que devemos reconhecer como fato.

O problema da falácia naturalista não é que ela desenvolve o raciocínio do fato para a norma, mas, sim, que ela não justifica as conclusões normativas. Na linha de argumentação acima, podemos sanar a dificuldade por meio da seguinte formulação:

Airbags evitam mortes.

O governo tem a obrigação de exigir qualquer coisa que evite mortes.

Portanto, o governo tem a obrigação de exigir airbags.

Evidentemente, a segunda premissa é controversa. Caso seja verdade, porém, a argumentação toda é válida. Tendo o segundo item como premissa mediadora, a argumentação pode se desenvolver do fato (primeiro item) para a norma (terceiro item).

Portanto, a seguinte formulação não é uma falácia naturalista:

Deus disse: “Não cobice”.

Portanto, temos a obrigação de não cobiçar.

O pronunciamento de Deus é um fato e implica, de imediato, obrigações. Pelo menos é o que ensinam as Escrituras.¹

Essa discussão é uma defesa do argumento que desenvolvi a partir do capítulo 2, a saber, de que a perspectiva normativa e a perspectiva situacional são, em última análise, idênticas. São perspectivas sobre o mundo e, portanto, perspectivas uma sobre a outra. Não seria errado definir “fato” como situação que devemos reconhecer, ou definir “norma” como fato que governa nosso comportamento. Normas e fatos têm uma relação de perspectiva entre si.² São diferentes, mas é uma diferença entre duas perspectivas.

Normas e revelação

De que maneira Deus revela nossas obrigações? Na realidade como um todo. É isso que quero dizer quando afirmo que a perspectiva normativa é uma perspectiva a respeito de todas as coisas.

Volte a nossa discussão sobre revelação no capítulo 1. É evidente que Deus se revela em tudo, pois nada pode ser o que é sem ele. Portanto, na “revelação natural”, tudo revela Deus (Sl 19.1; Rm 1.18-21). A revelação natural abrange conteúdo ético; revela obrigação humana. De acordo com Romanos 1, Deus revela no mundo natural não apenas o fato de que ele existe (v. 19-20), mas também o que as pessoas devem fazer diante desse fato. Cientes de que Deus existe, devemos honrá-lo (v. 21). Honrar a Deus significa adorar somente a ele (e não ídolos, v. 23) e obedecer a suas leis para nosso comportamento (v. 24-32). Logo, a revelação não se limita a fatos; também é uma revelação de normas.

Consequentemente, tudo o que vemos, ouvimos, tocamos ou provamos determina como devemos nos comportar. Em 1Coríntios 10.31, Paulo diz que, quer comamos, ou bebamos, ou façamos qualquer outra coisa, devemos fazer tudo para a glória de Deus. Quando vemos uma maçã, por exemplo, temos de perguntar de que maneira devemos usar essa fruta para a glória de Deus. Cada maçã, cada árvore, cada pedra, cada pessoa revela normas para nossa vida.

Claro que aplicar 1Coríntios 10.31 dessa forma combina revelação natural e especial. As Escrituras são um conjunto suficiente de normas para nossa vida (2Tm 3.15-17), e Deus quer que vejamos toda a revelação natural à luz do padrão bíblico. Tudo o que a Bíblia diz é normativo para nós. Nesse sentido, as

Escrituras são lei.

E, conforme observamos no capítulo 3, tudo o que a Bíblia diz também é evangelho, as boas-novas a respeito de Jesus. Alguns dizem que o evangelho não tem lei, pois desejam fazer distinção nítida entre lei e graça. Contudo, o evangelho tem ordens inseridas nele: mandamentos para que nos arrependamos e creiamos. Guardar esses mandamentos é nossa obrigação normativa.

Dizer que o evangelho implica obrigações não é dizer que somos salvos por obras. Somos salvos inteiramente por aquilo que Deus faz, não por aquilo que nós fazemos. Não obtemos a salvação por meio de nossas ações; ela é um dom gratuito. No entanto, em resposta à graça de Deus, temos a obrigação de lhe obedecer.

A perspectiva normativa abrange, portanto, tudo o que Deus disse para nós. Em outras palavras, abrange tudo. Deus nos chama a caminhar em meio a sua criação, olhar para todas as coisas e identificar nossa obrigação em cada circunstância. Assim como ele ordenou a Adão que definisse como exercer domínio em cada circunstância para a glória de Deus, também deseja que interagamos com cada fato de nossa experiência para a glória de Deus. Para isso, temos de conhecer o mundo da perspectiva normativa.

Para recapitulação e reflexão

O que é a “falácia naturalista”? Dê um exemplo.

É uma falácia naturalista dizer: “Deus ordenou x, portanto devo fazer x”? Justifique sua resposta.

É possível extrair normas de Deus da revelação natural? Explique.

Glossário

falácia naturalista. Expressão usada por G. E. Moore para argumentos que partem de premissas factuais (não normativas) e procuram derivar delas conclusões normativas. Raciocinar do “é” para o “deve ser”. Um argumento que não justifica suas conclusões normativas.

fatos. O que é o caso. Uma conjuntura.

normas. Aquilo que Deus exige de nós. Obrigações. O que deve ser o caso.

Leituras adicionais

John Frame, DCD.

_____. DVC. Nesse livro, trato das três perspectivas como um sistema cristão de ética. Na ética, evidentemente, o “deve” (e, portanto, a perspectiva normativa) tem um papel de especial importância. Trato, aqui, da relação entre normas, fatos e sentimentos em vários contextos.

Vern S. Poythress, Redeeming science [edição em português: Redimindo a ciência: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2019)] e os outros livros da série “Redeeming” mencionados em capítulos anteriores. Em todas essas disciplinas, as três perspectivas desempenham seu papel.

Cornelius Van Til, Christian theistic ethics. Disponível em: <https://presupp101.files.wordpress.com/2011/08/van-til-christian-theistic-ethics.pdf>.

_____. A Christian theory of knowledge (Nutley: Presbyterian and Reformed, 1969).

_____. A survey of Christian epistemology (Philadelphia: Den Dulk Christian Foundation, 1969). Trata da teoria do conhecimento a partir da perspectiva histórica e traz uma detalhada análise crítica de Platão.

¹ É uma falácia naturalista tentar usar esses argumentos de forma independente da cosmovisão bíblica. O pensamento não bíblico é desprovido de base para determinar obrigação e, portanto, não pode justificar um movimento lógico de um fato para uma obrigação. Em nosso exemplo, se Deus não existe, não há motivos para imaginar que o governo tem a obrigação de evitar mortes, ou que ele não tem essa obrigação. Mas, se Deus existe, então ele existe como norma principal do mundo, bem como fato principal e, portanto, aquilo que ele diz é lei para nós.

² E ambos têm uma relação de perspectiva com a terceira categoria em nosso triângulo: experiência pessoal. Tratarei desse item no capítulo 7.

A perspectiva situacional

Hoje em dia, os “fatos” desempenham um papel especial. Ouvimos, com frequência, relatos da história do pensamento que seguem esta linha: na Antiguidade e na Idade Média, as pessoas exploravam o mundo por meio da tradição e da mitologia, mas o ser humano moderno avançou muito além desses métodos primitivos. Nós, modernos, aprendemos a buscar fatos. O movimento do empirismo filosófico, associado a nomes como Locke, Berkeley e Hume, considerava que boa parte da filosofia, até mesmo de sua época, não era uma busca verdadeira por fatos, mas uma elaboração de teorias corroboradas apenas por especulação.¹

Os empiristas buscavam uma filosofia baseada não em tradição, ou mesmo na lógica em si, mas em observação e experimentos. Acreditavam que, por esses dois meios, descobrimos o que verdadeiramente é, quais são os fatos.

Defensores da ciência retomaram o tema empirista: somente um método observacional nos dirá quais são, indubitavelmente, os fatos. (Mas será que esse método é capaz de avaliar realidades invisíveis?) E jornalistas muitas vezes traçam uma linha divisória clara entre fato e opinião e afirmam que a opinião precisa ser plenamente justificada pelos fatos.

No pensamento cristão, séculos recentes focalizaram mais que antes os fatos da história, arqueologia, linguística e pronunciamentos de cientistas a respeito do que é possível. Apologetas se concentraram nas evidências, não em provas racionais, como fez Tomás de Aquino.

Justamente com essa ênfase sobre os fatos, porém, muitos prestaram menos atenção ao que chamei perspectiva normativa, cujo foco é a autoridade das Escrituras. Apologetas por vezes afirmam que não devemos recorrer às Escrituras, pois elas são justamente o que está em questão. Se lançarmos mão das Escrituras para provar a veracidade das Escrituras, desenvolveremos um

argumento circular. Afirmam, portanto, que é melhor argumentar a favor da veracidade do cristianismo exclusivamente a partir dos fatos (isto é, fatos extrabíblicos) e extrair desses fatos conclusões a respeito da veracidade das Escrituras.

No entanto, essa linha de raciocínio apresenta confusões fatais. Primeiro, a que estamos nos referindo com o termo “fato”? Se Deus existe, não devemos dizer que a existência de Deus é um fato? Se a Bíblia é palavra de Deus e, portanto, inerrante, sua inerrância não é um fato? A apologética centrada em fatos que consideramos aqui é um tanto confusa a respeito de quais são os fatos e de quais fatos devemos considerar evidências a favor do cristianismo. Muitas vezes, apologetas parecem imaginar que os ensinamentos bíblicos não devem ser considerados fatos, mas alguma outra coisa. Essa abordagem, contudo, não é convincente. Ensinamentos bíblicos como “Deus é três em um”, caso sejam verdadeiros (como os cristãos acreditam que são), precisam ser considerados fatos.

Se esse é o caso, as normas bíblicas são factuais, e esses fatos bíblicos governam nossas ideias a respeito de outros fatos. E, uma vez que devemos crer em fatos, eles são normas. Fatos verdadeiros são normativos, e normas investidas de autoridade são factuais. Isso indica que, em última análise, não há diferença entre normas e fatos, mas eles são distinguidos de modo mais claro de acordo com um modelo perspectivista.

Falar de normas é ver o mundo todo como revelação de Deus. Falar de fatos é ver o mundo todo como criação de Deus, o mundo como ele o fez para ser. Normas impõem sobre nós o atributo senhorio divino da autoridade. Fatos impõem sobre nossa mente o mundo real como Deus o formou para ser, por meio de sua criação e de sua providência, os atributos divinos de senhorio de poder e controle. Mas é claro que os fatos também evidenciam a autoridade de Deus, pois os fatos são o que Deus ordenou que o mundo fosse. E as normas evidenciam o poder criador de Deus, pois dizem como devemos pensar a respeito daquilo que Deus criou.

Existe, portanto, uma relação de perspectiva entre os dois. Normas e fatos são duas maneiras diferentes de descrever o mundo que Deus fez. Só conseguimos entender os fatos depois que ouvimos o que Deus tem a dizer a seu respeito (isto é, as normas). E só temos como entender as normas depois de ver os fatos, isto é, depois de ver como as normas se aplicam ao mundo que Deus fez. Em vez de os

fatos competirem com as normas, deparemos com uma perspectiva situacional idêntica à perspectiva normativa, embora tenha ênfase diferente.

De que maneira essa visão afeta nossa apologética? Ainda é perfeitamente legítimo apresentar os fatos para que outros creiam. É o que Paulo faz em 1Coríntios 15.1-11 ao relacionar testemunhas da ressurreição de Jesus Cristo. No entanto, ele relaciona essas evidências no contexto da revelação de Deus. Não apresenta “fatos brutos” ou “fatos puros”. Antes, seu argumento decisivo é que esses fatos são avalizados pela Palavra normativa de Deus, a revelação que Paulo levou aos coríntios na pregação inicial do evangelho (cf. v. 1-3,11-12,14-15). Sim, apresente os fatos. Mas apresente-os sempre junto com a revelação de Deus.

Leis e fatos, normas e situações, descrevem um só mundo, o mundo de Deus, a partir de duas perspectivas. Chamo essa abordagem de perspectiva normativa e perspectiva situacional. Contudo, há ainda mais uma forma de ver o mundo de Deus.

Para recapitulação e reflexão

Mostre a relação entre a perspectiva situacional e o método científico. O método científico se limita à perspectiva situacional?

“Se lançarmos mão das Escrituras para provar a veracidade das Escrituras, desenvolveremos um argumento circular”. Explique. Apresente uma refutação.

“Em última análise, não há diferença entre normas e fatos, mas eles são distinguidos de modo mais claro de acordo com um modelo perspectivista”. Explique e avalie.

Paulo defende a ressurreição de Cristo por meio de uma apologética factual em 1Coríntios 15? Em caso afirmativo, como ele modifica essa apologética factual?

Glossário

empirismo. Conceito segundo o qual as experiências sensoriais humanas são o critério absoluto de conhecimento e verdade.

evidências. Supostos fatos apresentados para provar ou autenticar uma conclusão.

fatos. Conjunturas, objetos de conhecimento. “Fatos brutos” ou “fatos puros”. Fatos considerados separados de qualquer atividade interpretativa.

LEITURAS adicionais

John Frame, DCD. Trata em detalhes do lugar dos fatos e da perspectiva situacional no conhecimento humano e na apologética.

_____. HWTP. Trata de diversos posicionamentos acerca da epistemologia, entre eles o racionalismo e o empirismo.

Vern S. Poythress, Redeeming philosophy [edição em português: Redimindo a filosofia: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2019)] e Redeeming science [edição em português: Redimindo a ciência: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2019)] tratam do papel das perspectivas no conhecimento factual.

[1 Os alvos dessas críticas eram, muitas vezes, os sistemas racionalistas de Descartes, Spinoza, Leibniz e outros.](#)

A perspectiva existencial

Há algo notável a respeito do autoconhecimento que levou Sócrates a admoestar seus alunos a, primeiramente, “conhecer a si mesmo”. A fim de conhecer algo, temos de entender que nós mesmos fazemos parte da história. Nosso conhecimento começa com sensações dentro de nosso corpo. Cresce como perspectiva que começa no corpo e se estende para um vasto campo da percepção. Quando olhamos para o céu ou para o mar, esse campo de percepção é praticamente infinito; não somos capazes de contar o que vemos. Quando consideramos a realidade da presença de Deus no mundo, o alcance de nossa mente é, na verdade, infinito, pois perscrutamos a própria natureza de Deus.

Mas, mesmo que nossa perspectiva seja capaz de alcançar o infinito, em certo sentido ela permanece dentro de nós. Quando percebemos o mundo, percebemos nosso campo visual. Quando ouvimos sons, ouvimos nosso campo auditivo. Consequentemente, de certo modo importante, todo conhecimento é autoconhecimento. Essa asserção não corresponde à conclusão cética (“solipsista”) de que não podemos conhecer nada fora de nós mesmos. Significa, porém, que todo o nosso conhecimento é mediado pelo conhecimento de nós mesmos.

Consequentemente, o autoconhecimento influencia todo o conhecimento restante. Somos conhecedores, pessoas com capacidades de sensação e de raciocínio e com fortes motivações para entender o mundo ao nosso redor. Por isso, outro grande filósofo, Aristóteles, ao explicar por que escreveu um livro de metafísica, disse: “Todos os homens desejam, por natureza, saber”. Temos de entender não apenas nossa capacidade de conhecimento, mas também o que nos leva a buscar conhecimento, os objetivos humanos que procuramos alcançar ao conhecer o mundo. E temos de entender as barreiras para o conhecimento presentes dentro de nós: as limitações de nossos sentidos e da razão, bem como os preconceitos que nos levam, com frequência, a conclusões falsas.

Como vimos, a Bíblia diz que a revelação própria de Deus é perfeitamente clara; todo ser humano o conhece em um nível, mas suprimimos a verdade (Rm 1.18), pois preferimos crer em uma mentira (v. 25). Diante disso, quando procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa, temos de fazer esforços adicionais para conhecer a nós mesmos e refrear em nós as tendências que suprimem a verdade em vez de asseverá-la.

Não temos, portanto, como conhecer outras coisas devidamente se não conhecermos a nós mesmos.¹ Todos os nossos meios de conhecimento se encontram em nossas faculdades: visão, audição, toque, paladar, raciocínio, fé, pressuposições. Se fôssemos capazes de conhecer a nós mesmos como Sócrates nos exorta a fazer, conheceríamos todo o restante que podemos conhecer.

O inverso também é verdade. Adquirimos conhecimento a respeito de nós mesmos ao conhecer o mundo fora de nós. Não temos como conhecer a nós mesmos a menos que conheçamos nosso ambiente (a perspectiva situacional) e a menos que compreendamos os princípios e as regras que governam nossas tentativas de conhecer (a perspectiva normativa). Conhecer a nós mesmos e conhecer o mundo fora de nós são a mesma coisa vista a partir de duas perspectivas.

Chamo o enfoque sobre o eu perspectiva existencial. Como vimos até aqui, a perspectiva existencial abrange as outras duas. Contudo, as outras duas perspectivas podem ser entendidas precisamente apenas a partir de sua relação com o eu e, portanto, pressupõem e incluem a perspectiva existencial. O mesmo se aplica a todas as perspectivas das quais tratamos: cada perspectiva abrange as outras duas.

Mencionei que a perspectiva existencial abrange as percepções de nossos sentidos e da razão e, portanto, abrange tudo no mundo. No entanto, sentidos e razão constituem apenas parte do autoconhecimento. Quando observamos com atenção e refletimos sobre nossa natureza como Deus a criou, enchemo-nos de temor reverente:

“Eu te louvo, pois sou formado de modo assombroso e maravilhoso. Tuas obras são maravilhosas; minha alma o sabe muito bem” (Sl 139.14).

“Que é o homem, para que te importes com ele? E o filho do homem, para que te preocupes com ele? Tu o fizeste um pouco menor que os seres celestiais e o coroaste de glória e honra. Deste-lhe domínio sobre as obras de tuas mãos; tudo puseste debaixo de seus pés: todas as ovelhas e os bois, assim como os animais do campo, as aves do céu, os peixes do mar e tudo o que percorre as veredas dos mares. Ó Senhor, nosso Senhor, como teu nome é magnífico em toda a terra!”
(Sl 8.4-9)

Considere seus sonhos, sua imaginação, sua intuição, seus sentimentos, sua capacidade de apreciação artística. Considere os compromissos que atuam como pressuposições em sua busca por conhecimento. Dentro de nós há aptidões que não foram amplamente estudadas, mas que acessam profundezas incalculáveis da criação de Deus. É possível que haja sentidos ainda inexplorados, ou percepção extrassensorial. A “subjetividade humana” descreve uma dimensão sem forma precisa, mas é de imensa importância para nós ao procurarmos conhecer o mundo de Deus.

Muitas vezes, percebemos que sabemos algo, mas não somos capazes de identificar claramente como o sabemos. Talvez atribuamos esse conhecimento a “intuição”. Ou talvez venha de uma confluência sinérgica de várias aptidões. Nessas situações, somos tentados a dizer: “Sinto que é verdade”. Os intelectualistas raramente se contentam com esses testemunhos. Não querem ouvir falar daquilo que sentimos, mas apenas daquilo que pensamos. Contudo, como propus no capítulo 4, a diferença na verdade não é nítida. Por vezes, nossos sentidos, razões e intuições reforçam um ao outro, e descobrimos que nos deram uma convicção. Nem sempre somos capazes de descrever o processo pelo qual chegamos a essa conclusão. Não duvido que, em muitas ocasiões, a melhor forma de expressar esse conhecimento seja dizer: “Sinto que é o caso”.

No entanto, até mesmo nesse tipo de conhecimento mais “subjetivo”, a perspectiva existencial pressupõe as outras duas perspectivas. A profundidade de nossa subjetividade também é uma profundidade em nossa percepção moral (perspectiva normativa) e na percepção de nosso ambiente (perspectiva situacional). A perspectiva existencial revela para nós, portanto, certa medida da profundidade das outras duas perspectivas.

Essa profundidade se insere em todas as investigações. Quando procuro

conhecimento sobre, digamos, Alexander Hamilton, boa parte de minha pesquisa é voltada para as perspectivas situacional (biografia de Hamilton) e normativa (os valores que governavam as decisões de Hamilton). Mas, em vários momentos, fico dividido entre duas opiniões. Hamilton era cristão ou deísta? Alguns fatos apontam para uma direção, outros apontam para outra. Alguns dos valores dele apontam para uma direção, outros apontam para outra. Qual deve ser meu posicionamento a esse respeito? Na segunda-feira, estou convencido de que era deísta em razão de algumas das evidências. Na terça-feira, de que ele era cristão ao considerar outras evidências. Vou de um lado para o outro e reavalio as evidências. Claro que a busca pode ser inútil; é possível que nunca chegue à certeza. Mas, por vezes, a convicção surge. Talvez pareça vir do nada. Não é, necessariamente, resultado do aparecimento de uma nova evidência, ou da interpretação diferente de uma evidência anterior. Mas a forma geral das evidências me faz mudar de ideia. Por isso, na quarta-feira, chego a uma conclusão ou outra. O processo é bastante misterioso.

Por vezes, chamo esse fenômeno “descanso cognitivo”. É como terminar uma tarefa. Examinei minuciosamente evidências, argumentos e fontes. De repente, a conclusão se cristaliza e não sinto necessidade de continuar a pesquisar sobre o assunto. Agora posso dizer: “Eu sei”. A vinda da certeza é como um sentimento. Aliás, sentimento parece ser a melhor forma de descrever essa ocorrência.

Em certo sentido, portanto, o processo de conhecer se reduz a um sentimento, à sensação de que meu trabalho se cristalizou de uma forma significativa. Essa cristalização é o que me dá entendimento convincente de todos os fatos, argumentos e princípios.

Mas quando alguém me pergunta sobre a fonte dessa certeza, não costumo me expressar em termos vagos, falando de cristalização ou descanso cognitivo, ou sentimento. Antes, apresento argumentos baseados nos sentidos e em inferência racional. Sei, contudo, que eu não teria enxergado as evidências dessa forma se não fosse pela sensação de descanso cognitivo. O descanso depende, evidentemente, de sensações e inferências. Mas os sentidos e as inferências me convencem da verdade somente por meio do sentimento. Cada perspectiva se baseia nas outras e é a base para as outras, ou seja, cada perspectiva é uma perspectiva do todo.

Para recapitulação e reflexão

1. “Em certo sentido importante, todo conhecimento é autoconhecimento”. Explique e avalie. Isso significa que não temos como conhecer nada fora de nós mesmos?
2. Descreva como seres humanos caídos suprimem a verdade e qual é o efeito dessa supressão sobre seu nível de conhecimento.
3. “Adquirimos conhecimento a respeito de nós mesmos ao conhecer o mundo”. Explique e avalie. Como essa ideia pode ser verdadeira se todo o conhecimento é autoconhecimento?
4. “É possível que haja sentidos ainda inexplorados, ou percepção extrassensorial”. Explique e avalie. Você teve experiências que poderia atribuir a esses sentidos inexplorados?
5. Defina “descanso cognitivo”. Você alguma vez experimentou descanso cognitivo depois de um período de incerteza intelectual? Descreva essa ocasião e explique.

Glossário

descanso cognitivo. A sensação de certeza que temos depois de um período de dúvida e investigação.

intuição. Nossa apreensão inicial de dados que produz conhecimento. Quando sabemos algo, mas não conseguimos explicar como sabemos, muitas vezes dizemos que é por intuição.

perspectiva existencial. A perspectiva do conhecimento que focaliza o eu.
subjetividade. O que acontece dentro de nós; nosso autoconhecimento.

Leituras adicionais

John Frame, DKG. Veja esp. p. 149-62, 319-46.

Pascal, Pensées [edição em português: Pensamentos (São Paulo: Folha de São Paulo, 2010)], disponível em <http://www.ccel.org/ccel/pascal/pensees.html>. Traz várias reflexões cristãs sobre a dinâmica interior do conhecimento, especialmente seu famoso ditado: “O coração tem suas razões que a razão não é capaz de conhecer”.

¹ Lembre-se da asserção de Calvino na primeira página das Institutas de que não temos como conhecer a nós mesmos devidamente se não conhecermos a Deus, e vice-versa.

O que fazer com as perspectivas

Há algum valor prático em tudo isso? Estamos, afinal de contas, falando de “teologia” e, para muitos, teologia não é uma disciplina prática. Creio, porém, que no sentido mais importante, teologia é vida. Defini teologia como “a aplicação das Escrituras a todas as áreas da vida humana”.¹ Não creio que todos, nem mesmo todos os cristãos, precisem estudar teologia como disciplina técnica acadêmica. Mas todos precisam entender o que a Palavra de Deus requer de nós em nossa vida diária. E, nessa tarefa teológica geral, o triperspectivismo é um método útil.

Equilíbrio

Com base em nossa discussão do triperspectivismo na presente obra, deve estar claro agora que essa abordagem nos incentiva a olhar para as Escrituras como um todo. Por certo, algumas partes das Escrituras têm a tendência de focalizar uma perspectiva mais que outra.

Observemos, por exemplo, a lei do AT e seu papel na ética bíblica. As leis do AT são, obviamente, “normativas”. De acordo com a tradição judaica, havia 613 preceitos divinos na Torá ou Pentateuco, os cinco primeiros livros do AT. Seria possível registrar esses preceitos em uma lista que serviria, então, de resumo da moralidade bíblica.

Esse tipo de moralidade, porém, não seria plenamente bíblico. Isso porque os 613 preceitos, supondo que esse seja seu número, se encontram em um contexto da história redentora. O povo de Deus deve guardar seus preceitos porque ele os

redimiui da terra do Egito, da casa da escravidão (Êx 20.1-2). Os preceitos de Deus exigem, portanto, que reflitamos sobre a história da qual eles surgem, e essa história é um conjunto de fatos que devemos relacionar como parte da perspectiva situacional. Muitas vezes, o significado do preceito depende do contexto situacional. O mandamento do sábado, por exemplo (Êx 20.8-11), é uma imitação da obra divina de criação (Êx 20.11) e redenção (Dt 5.15). A ordem para guardar o sábado parece bastante arbitrária até que descobrimos a importância do “sétimo dia” na narrativa anterior das Escrituras.

Na verdade, é o conceito situacional que motiva o povo de Deus a obedecer a seus preceitos. Israel deve guardar os mandamentos de Deus porque Deus livrou Israel do Egito. Não basta obedecer. Temos de obedecer pela razão certa, com a motivação certa. Por isso, quando Jesus explica a lei, como em Mateus 5.1-48, ele procura obediência de coração. Não basta evitar adultério ou homicídio literal; o mandamento pede uma obediência mais profunda. Devemos evitar não apenas homicídio, mas tudo o que leva a ele, como a ira (v. 21-26). Devemos nos abster não apenas do adultério literal, mas da lascívia que nos tenta a cometer esse pecado (v. 27-30).

E o mandamento de Deus agora nos confronta como evangelho, boas-novas da salvação. Não é apenas a ordem para sermos pessoas boas, mas a ordem para crermos em Cristo: “A obra de Deus é esta: que creiam naquele que ele enviou” (Jo 6.29). Somente ao crer em Cristo e aceitá-lo podemos ser obedientes a Deus como Jesus é obediente a seu Pai.

A perspectiva situacional se estende de fora de nós para dentro de nosso coração. Torna-se, desse modo, uma perspectiva existencial. Encontramos essa perspectiva dentro de nosso coração. No entanto, ela não é meramente “subjetiva”. É a lei em si, a lei objetiva, que exige obediência de coração. Logo, só entendemos a perspectiva normativa quando percebemos dentro dela a perspectiva existencial. A lei abrange as próprias aplicações. E a perspectiva situacional, a narrativa bíblica, também gera a perspectiva existencial, nossa motivação para obedecer.

É desse modo que as Escrituras nos chamam a ter um conceito equilibrado dos mandamentos de Deus. Não devemos imaginar que a lei consiste apenas em uma lista de preceitos, não importa quantos sejam. A lei faz parte de nossa história, de nossa situação. Essa história é evangelho, a narrativa bíblica de como Deus nos mostra seu modo de vida e escreve sua lei em nosso coração. E o evangelho

transforma nosso coração para que possamos obedecer em profundidade aos mandamentos de Deus. As perspectivas normativa, situacional e existencial são inseparáveis. Uma ética bíblica adequada não é apenas uma lista de preceitos, nem é meramente uma narrativa do evangelho. É uma palavra poderosa do Espírito Santo para o coração.²

Ao estudarmos teologia, portanto, é edificante passarmos pelas perspectivas, uma a uma, para ver se não deixamos nada de fora. Fizemos jus à perspectiva normativa? Situacional? Existencial? Não entenderemos a ética bíblica se apenas fizermos uma lista de mandamentos. A narrativa situacional e a aplicação existencial são importantes para o significado da lei. Também não entenderemos o mais fundamental se tentarmos reduzir os mandamentos à história de Jesus. Ele é o cumprimento da lei, mas é importante sabermos por que as Escrituras formulam as leis que Jesus cumpriu. E não entenderemos o mais fundamental se reduzirmos a lei a nossa subjetividade interior, ou se reduzirmos a subjetividade interior à análise objetiva.

Salvação

Quando ouvimos o evangelho dessa forma, encontramos vários elementos em equilíbrio. Como diz o título da obra importante de John Murray, a salvação é “redenção realizada”, a obra de Cristo na expiação, ascensão e ressurreição; também é “redenção aplicada”, a obra de Deus por meio do Espírito ao mudar nosso coração de dentro para fora. A redenção realizada é a perspectiva situacional, e a redenção aplicada é a perspectiva existencial. As duas fluem da perspectiva normativa, o decreto eterno do Pai de salvar do pecado todo o seu povo. Como a Trindade, essas três perspectivas não são intercambiáveis. A ausência de uma perspectiva implica a ausência das outras duas, não há salvação.

Como vimos no capítulo 3, considero proveitoso fazer distinção clara na redenção entre o objetivo e o subjetivo.

A Palavra de Deus

Na doutrina da comunicação divina, a Palavra de Deus é normativa, pois é a regra suprema para a conduta de todos os seres vivos. É situacional, pois é revelada em tudo o que Deus criou (Sl 19; Rm 1.18-21). E é existencial, pois o Espírito Santo a escreve em nosso coração (Jr 31.33), a esclarece e transforma nossa vida (1Ts 1.5; 2.13-14).

A vida cristã

A vida cristã consiste, em sua perspectiva normativa, em obedecer aos mandamentos de Deus. Na perspectiva situacional aplicamos esses mandamentos a cada situação com a qual deparamos. E, na perspectiva existencial, por meio do Espírito, procuramos ser transformados (Rm 12.2) por essa lei aplicada para que nos tornemos sacrifícios vivos para Cristo. Esses aspectos da vida cristã são perspectivistas porque obedecemos aos mandamentos de Deus (perspectiva normativa) só quando os aplicamos ao mundo todo (perspectiva situacional) de coração (perspectiva existencial). À medida que não aplicamos as normas de Deus de coração, não lhes obedecemos, pois elas requerem exatamente essa aplicação.

Filosofia

Diz-se que filósofos são estudiosos da metafísica, a natureza básica do universo; de epistemologia, a natureza básica do conhecimento; e de axiologia, a teoria do valor (como ética e estética). Essas três disciplinas têm, entre si, uma relação de perspectiva. A metafísica é situacional e trata do ambiente mais amplo que dividimos com Deus e com as criaturas. A epistemologia é normativa e procura identificar o critério máximo de verdade e falsidade. A axiologia é existencial e procura entender os valores com base nos quais vivemos.

No entanto, não podemos estudar nenhuma dessas disciplinas sem as outras. A axiologia (perspectiva existencial) pressupõe um sistema normativo de valores. A fim de saber o que é eticamente correto, por exemplo, temos de entender o que é verdadeiro e o que é falso (perspectiva normativa). E o inverso também é o caso, pois a verdade é um valor. Para saber o que é epistemologicamente verdadeiro, temos de saber o que é axiologicamente correto. E ambos pressupõem a metafísica, pois só temos como saber o que é correto e bom se o mundo é conhecível e se nossa mente tem todo o necessário para conhecê-lo. Dizer que essas condições são verdadeiras é ter um entendimento metafísico de como o mundo objetivo e a mente subjetiva se encaixam um no outro.

Considere mais detalhadamente, também, a epistemologia, uma subdivisão perspectivista da filosofia. A história da filosofia apresenta três conceitos de como obtemos conhecimento: (1) empirismo, por meio da experiência sensorial; (2) racionalismo, por meio da análise racional e dedução lógica; e (3) subjetivismo, ao crer no conteúdo imediato da mente. Contudo, o racionalismo exige experiência sensorial. Sem ela, não temos dados para a análise racional. E o empirismo exige análise racional; do contrário, não sabemos o que estamos vendo e ouvindo. E ambos pressupõem subjetivismo: não temos como conhecer os dados dos sentidos ou da razão a menos que façam parte do conteúdo imediato da mente.

Filósofos têm a tendência de resistir a essa análise perspectivista. Preferem imaginar que devemos escolher somente um desses três métodos de conhecimento. Empiristas seculares querem crer que a experiência sensorial de per si é capaz de produzir conhecimento. Isso porque abandonaram a ideia de que Deus é a chave para o conhecimento. O empirismo é uma abordagem que, considerada de forma isolada, representa o pensamento humano autônomo.

Vimos que quando as pessoas abandonam Deus, não abandonam a adoração (honrar algo que consideram absoluto); antes, adoram outra coisa que não é Deus e, portanto, necessariamente inferior a Deus. Em última análise, adoram a si mesmas. A Bíblia chama isso idolatria. Uma dinâmica semelhante pode ser observada na epistemologia. Quando as pessoas abandonam Deus como fonte de conhecimento, não negam que o conhecimento precisa de uma fonte. Antes, consideram que outra fonte é absoluta (experiência sensorial, poder da razão, ou subjetividade imediata). Consequentemente, a epistemologia secular (como a metafísica e a axiologia) é idolatria, pois honra um falso absoluto.

Apologética

Apologética é a disciplina em que aprendemos a responder àqueles que nos pedem “a razão da esperança que há em [nós]” (1Pe 3.15). Essas perguntas vêm tanto de descrentes quanto de crentes, pois, muitas vezes, os crentes também precisam de ajuda para formular razões para sua esperança. A apologética tem o potencial de ser uma ferramenta útil para a evangelização. Na prática, contudo, boa parte da literatura apologética é voltada para discussões internas entre adeptos de diferentes “métodos”.

Creio que o triperspectivismo pode ajudar a restaurar a unidade da apologética, pois grande parte da discussão, a meu ver, tem como origem uma falta de entendimento da inter-relação das perspectivas.

Os três métodos apologéticos discutidos com mais frequência são: (1) Pressuposicionalismo, de acordo com o qual os argumentos apologéticos devem ser desenvolvidos em obediência à Palavra de Deus, nosso pressuposto máximo. (2) Evidencialismo e apologética clássica, que enfatizam a necessidade de apresentar o evangelho como conjunto de fatos inequívocos. (3) Subjetivismo, que chama o ouvinte a alinhar sua cosmovisão com seus mais profundos sentimentos e crenças.

Dentro dessa formulação, vemos que o pressuposicionalismo focaliza a perspectiva normativa; o evidencialismo/apologética clássica, a perspectiva situacional; e o subjetivismo, a perspectiva existencial. Conciliar os três métodos é uma questão de entender como cada ênfase pressupõe as outras duas, como cada uma é, na verdade, uma perspectiva de todo o trabalho da apologética. Isso porque cada uma ressalta uma das perspectivas epistemológicas que consideramos na última seção, a saber: racionalismo, empirismo e subjetivismo.

Pedagogia

Considero também o triperspectivismo útil de um modo menos filosófico e mais prático. Ele fornece uma forma de ensino conveniente e de fácil memorização. Mesmo de modo independente da doutrina trinitária, o número três parece chamar a atenção das pessoas, o que, por vezes, as conduz a uma doutrina trinitária.

O triperspectivismo fornece uma série de “ganchos” para ajudar os alunos a se lembrar do conteúdo ensinado. Uma vez que atuo principalmente como professor de teologia, meus ganchos triádicos são deste tipo:

Trindade: Pai, Filho, Espírito.

Senhorio divino: autoridade, controle, presença.

Atributos divinos: sabedoria, poder, amor.

Atos de Deus: decretos, providência, salvação.

História bíblica: alianças de Deus, reino de Deus, família de Deus.

Aspectos das alianças: bênção divina, ordem para sujeitar (terra), ordem para encher (semente).

Palavra de Deus: significado, poder, salvação.

Meios de comunicação da Palavra: acontecimentos, palavras humanas, pessoas.

Conhecimento humano: normativo, situacional, existencial.

Ser humano à imagem de Deus: profeta, rei, sacerdote.

Critérios de bondade: padrão, objetivo, motivação.

Tipos de ética cristã: mandamento, narrativa, virtude.

Tipos de ética não cristã: deontológica, teleológica, existencial.

Bem supremo: guardar os mandamentos, nova criação, fé que opera pelo amor.

Fatores da avaliação ética: Palavra de Deus, situação, agente ético.

Excelência moral: retidão, bondade, santidade.

Pecado: desobediência, glorificação própria, ódio.

Efeitos da Queda: culpa, castigo, corrupção.

Tentação: Diabo, mundo, carne.

Pessoa de Cristo: Profeta, Rei, Sacerdote.

Obra de Cristo: seus ofícios, seus estados (humilhação/exaltação), união com seres humanos.

Aspectos da salvação: decreto de Deus, expiação, aplicação da redenção.

Nova criação: justificação, adoção, regeneração-santificação.

Fé salvadora: crença, conhecimento, confiança.

Virtudes cristãs: fé, esperança, amor.

Três aspectos do amor: lealdade, ação, afeição.

Três aspectos do arrependimento: renunciar o pecado, abandonar o pecado, entristecer-se com o pecado.

Meios de santificação: lei de Deus, história da redenção, virtudes infundidas pelo Espírito.

Base para convicção: promessas de Deus, nosso crescimento em santificação, testemunho interior do Espírito.

Trabalho da igreja: culto, Grande Comissão, amor.

Aspectos da Grande Comissão: bênção divina, ordens de Cristo, evangelização e batismo.

Tarefas específicas da igreja: adoração, testemunho, cuidado.

Características do culto: bíblico, centrado em Cristo, edificante.

Propósitos da disciplina: instruir a igreja, honrar Cristo, recuperar o transgressor.

Ministérios da igreja: palavra, governo, misericórdia.

Meios da graça: palavra, comunhão, oração.

Motivos para orar: ordem divina, a oração traz mudanças, comunhão com Deus.

Comunhão: adoração, compartilhamento de bens, cuidado.

Ofícios da igreja: apóstolo, presbítero, diácono.

Conceitos de governo eclesiástico: episcopal, presbiteriano, congregacional.

Simbolismo do batismo: arrependimento, purificação, união com Cristo.

Ceia do Senhor: sinal, selo, comunhão.

Veja explicações desses itens em minha TS, especialmente o resumo das tríades no apêndice A. Há um apêndice semelhante em minha obra DD, mas algumas tríades ali são um pouco mais especulativas e imaginativas (p. ex., azul, vermelho e verde; altura, largura e profundidade).

Disponho-me a afirmar que há uma relação de perspectiva em todas as tríades acima. Considere, por exemplo, “meios da graça”. “Palavra, comunhão e oração”³ não podem ser divididos nitidamente. Quando oramos como as Escrituras nos autorizam a fazer, aplicamos a Palavra e estamos em comunhão com Deus. Quando lemos ou ouvimos a Palavra, estamos na presença de Deus e, portanto, temos comunhão com ele em oração. E nossa comunhão é na Palavra e na oração. Uma vez que não podemos ter um elemento sem os outros, há uma relação de perspectiva entre eles.

Portanto, mesmo aqueles que se mostram céticos a respeito de minha argumentação geral (trinitária) a favor do pensamento triperspectivista podem se beneficiar da abordagem triádica como método pedagógico. Uma vez que se beneficiarem, porém, é possível que considerem o método trinitário mais

persuasivo e percebam que o triperspectivismo reflete uma estrutura profunda na cosmovisão bíblica.

A leitura da Bíblia com as três perspectivas

Uma coisa é tratar de conceitos gerais de filosofia e teologia. Para os cristãos esses conceitos se baseiam, evidentemente, nas Escrituras. Outra coisa, porém, é tratar de textos bíblicos específicos a atividade que os teólogos chamam “exegese”. Toda teologia, por mais geral ou específica que seja, começa com a exegese de textos específicos. Aqui, desejo mostrar por meio de alguns exemplos que o triperspectivismo também é útil na exegese.

Gênesis 1.1-31

A história da Criação tem três elementos dignos de nota que podem ser resumidos de forma triperspectivista: (1) É impressionante que o ato divino de criação é um ato de linguagem. Em cada ponto, o discurso divino profere uma ordem. Deus disse: “Haja luz”, e houve luz (Gn 1.3). O mesmo acontece com cada ato de criação: céu, terra, vegetação, luminares, e assim por diante. Essa é a perspectiva normativa (cf. tb. Sl 33.6). (2) A palavra divina criadora também é uma palavra de poder, pois quando Deus dá uma ordem, as forças da natureza lhe obedecem, o que produz um mundo repleto de objetos divinamente ordenados. Essa é a perspectiva situacional. (3) O ápice da criação é a formação, por Deus, dos seres humanos à sua imagem (Gn 1.26-28). Esses seres humanos devem dominar todas as outras criaturas, encher a terra e desfrutar suas bênçãos. Essa é a perspectiva existencial: Deus forma uma criatura para que tenha prazer subjetivo em tudo o que ele fez.

Gênesis 3.6

Quando a serpente tenta Eva para que desobedeça à ordem de Deus e coma do fruto proibido, a mulher considera a ideia a partir das três perspectivas:

“Então, quando a mulher viu que a árvore era boa para alimento, agradável aos olhos e árvore desejável para dar entendimento, ela tomou do fruto e comeu e deu também a seu marido que estava com ela, e ele comeu” (Gn 3.6).

Ela acredita que o fruto alimentará seu corpo e lhe dará mais força (perspectiva situacional). Também lhe dará prazer estético (perspectiva existencial).⁴ E ela acredita (equivocadamente, é claro) que lhe dará sabedoria que justificará sua rebelião contra a ordem de Deus (perspectiva normativa).

O pecado sempre é rebelião contra o senhorio de Deus: procuramos controle/poder para nós em oposição ao controle e poder de Deus. Procuramos prazer sem a presença de Deus. E procuramos sabedoria maior que a de Deus. Quando extraímos a natureza do pecado dessa forma perspectivista, entendemos melhor como os três elementos se encaixam uns nos outros e qual é sua ligação lógica com o retrato bíblico mais amplo da rebelião ao senhorio de Deus.

Mateus 4.1-11

Essa passagem é um paralelo neotestamentário de Gênesis 3.6. Aqui Jesus vivencia, em essência, a mesma tentação que Eva na passagem anterior. A principal diferença é que Jesus passa no teste em que Eva foi reprovada. Vemos esse fato mais claramente ao observar que, em ambos os casos, há uma tentação tripla com uma estrutura perspectivista. (1) Como no caso de Eva, Jesus é tentado pelo desejo por alimento (v. 2-4). (2) Assim como Eva foi tentada pela possibilidade de prazer estético, Jesus é tentado pela possibilidade da vinda de anjos para guardá-lo de cair (v. 5-7), algo espetacular de ver. (3) Assim como Eva buscou sabedoria maior que a de Deus, Satanás ofereceu a Jesus autoridade

sobre todas as nações (v. 8-11). A tentação relacionada a alimento é, conforme nossa designação, situacional; a tentação relacionada a cair é existencial; e a tentação relacionada a autoridade é normativa.

1João 2.16

Essa passagem é semelhante às duas anteriores, pois apresenta uma descrição tripla de pecado em que João instrui seus leitores a não amar “o mundo”:

“Pois tudo o que há no mundo, os desejos da carne, os desejos dos olhos e o orgulho dos bens, não vem do Pai, mas do mundo” (1Jo 2.16).

Os “desejos da carne” trazem à mente a fome que Eva e Jesus sentiram. Os “desejos dos olhos” lembram o anseio de Eva por prazer estético e a oportunidade dada a Jesus de uma demonstração espetacular de poder. O “orgulho dos bens” traz à mente a cobiça de Eva por sabedoria maior que a de Deus e a suposição arrogante de Satanás de que Jesus lhe prestaria culto para obter poder político sobre as nações. Os três tipos de tentação constituem, de maneiras diversas, tentação para rejeitar e até substituir a autoridade do senhorio de Deus. Afinal, somente Deus pode saciar nossos apetites físicos, nosso desejo de estímulo visível e nosso anseio por autoridade.

Efésios 1.15-23

Vejamos, agora, a oração de Paulo pelos cristãos efésios:

Por isso, porque tenho ouvido falar de vossa fé no Senhor Jesus e de vosso amor para com todos os santos, não cesso de dar graças por vós, lembrando-me de vós em minhas orações, para que o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai da glória, vos dê espírito de sabedoria e de revelação no conhecimento dele, sendo iluminados os olhos do vosso coração, para que saibais qual é a esperança à qual ele vos chamou, quais são as riquezas de sua herança gloriosa nos santos e qual é a grandeza imensurável de seu poder para conosco, os que cremos, segundo a atuação da força de seu poder, que atuou em Cristo, ressuscitando-o dentre os mortos e fazendo-o sentar-se à sua direita nos lugares celestiais, muito acima de todo principado, autoridade, poder e domínio, e de todo nome que possa ser pronunciado, não apenas nesta era, mas também na vindoura. E ele sujeitou todas as coisas debaixo de seus pés e o deu como cabeça sobre todas as coisas à igreja, que é seu corpo, a plenitude daquele que preenche tudo em todas as coisas (Ef 1.15-23).

Observe a estrutura trinitária da passagem: Paulo fala de Deus, o Pai (“Deus de nosso Senhor Jesus Cristo”), do próprio Cristo e do Espírito Santo como dádiva do Pai e do Filho. Os temas de controle/poder (v. 19), autoridade (v. 21) e presença (v. 22-23) permeiam o texto.

Nem toda passagem pode ser analisada por uma abordagem triádica. Mas um número surpreende-se presta a essa análise. Quando estamos atentos para essas estruturas em nossa leitura da Bíblia, somos lembrados de algo extremamente importante: o objetivo da palavra de Deus é exaltar e glorificar o senhorio de Deus em nossa vida. Não é de surpreender que, quer essas passagens sejam lidas isoladamente ou reunidas em categorias de teologia sistemática e filosofia cristã, seu foco aguçado é sobre o controle, a autoridade e a presença de Deus, seu senhorio sobre nós e sobre todas as coisas.

Um mandato triperspectivista

A essa altura, alguns talvez estejam à espera de uma conclusão categórica. O triperspectivismo é apenas uma teoria teológica abstrata sem relevância prática

concreta? Ou existe algo nessa abordagem que pode mudar nossa vida?

A meu ver, a segunda alternativa é verdadeira. O ensino fundamental das Escrituras é este: Deus é Senhor. Há mais de sete mil termos hebraicos e gregos diversos traduzidos por Senhor. “Deus é Senhor” é o tema do Antigo Testamento; “Jesus Cristo é Senhor” é o tema do Novo Testamento.

Consideremos, primeiro, o Antigo Testamento. Em Êxodo 3, Moisés pergunta como deve responder quando os israelitas perguntarem o nome de Deus. E Deus lhe diz:

“Diga ao povo de Israel: ‘O Senhor, o Deus de seus pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque, e o Deus de Jacó, me enviou a vocês’. Esse é meu nome para sempre, e assim serei lembrando por todas as gerações” (Êx 3.15).

Aqui, Deus promete livrar Israel da escravidão no Egito. Eis o propósito dessa libertação:

“Eu os tomarei por meu povo e serei o seu Deus, e vocês saberão que eu sou o Senhor, seu Deus, que os tira de debaixo das cargas dos egípcios” (Êx 6.7).

Israel gemia sob o peso da servidão. O livramento lhe daria liberdade. A maior bênção desse livramento, contudo, seria seu novo relacionamento com Deus: os israelitas seriam seu povo, e ele seria seu Deus. Essa bênção ia além das bênçãos recebidas por qualquer outra nação. E não era só isso: “Vocês saberão que eu sou o Senhor, seu Deus”. A bênção de Israel é, fundamentalmente, centrada em Deus.

O nome Yahweh, Senhor, que Deus revelou a Moisés, é extremamente misterioso. Parece ser relacionado ao verbo hebraico “ser”, mas de que maneira? A exegese só aumenta o mistério. No entanto, Deus escolhe revelar o mistério, em certa medida, por meio de suas ações, ao libertar Israel. Uma das principais

funções do livramento é revelar o nome divino. Ele quer que Israel saiba que eu sou o Senhor.

Em outros pontos importantes da narrativa, Deus age para que o povo saiba que ele é o Senhor. Os egípcios também recebem essa revelação: “Os egípcios saberão que eu sou o Senhor, quando eu estender minha mão contra o Egito e tirar os israelitas do meio deles” (Êx 7.5). A salvação de Israel e a derrota do Egito são revelação do senhorio de Deus. Esse é um tema presente em toda a narrativa do Êxodo. (Cf. tb. Êx 7.17; 8.10-22; 9.29; 10.2; 14.4-18; 16.6-12; 29.46; 31.13.) Tudo o que Deus faz por Israel é para que seu povo saiba que ele é o Senhor.

A narrativa do Êxodo é o evangelho do Antigo Testamento. Conta como Deus livrou os israelitas da servidão e os conduziu (em meio a episódios de pecado) à terra que ele havia prometido a Abraão. Nesse evangelho, Deus se identifica como o Senhor. Anteriormente no livro, expliquei o senhorio de Deus por meio de seus “atributos de senhorio”. Aqui, ele mostra seu controle sobre todas as forças da natureza, sua autoridade para dar ordens a seu povo e também aos egípcios, e sua presença ao habitar em Israel e com ele a fim de ser seu Deus e os israelitas serem seu povo.

Considere, agora, o Novo Testamento. O Antigo Testamento promete outro livramento, maior que o livramento de Israel do Egito. O novo livramento é centrado em um “servo do Senhor” que resgatará não apenas Israel, mas também as outras nações. Isaías proclama:

“Eis o meu servo, a quem sustento, o meu escolhido, em quem me alegro; pus sobre ele o meu Espírito; ele trará justiça às nações. Ele não gritará, não clamará, nem levantará a voz na rua. Não quebrará a cana esmagada, nem apagará o pavio fumegante; trará a justiça com fidelidade; não falhará nem desanimará, até que estabeleça a justiça na terra; e as terras costeiras aguardarão a sua lei” (Is 42.1-4).

Contudo, o novo livramento não é apenas a vinda de um servo de Deus; é a vinda do próprio Deus:

“Mas agora, assim diz o Senhor que o criou, ó Jacó, e que o formou, ó Israel: ‘Não temas, pois eu te resgatei; eu te chamei pelo nome; tu és meu. Quando passares pelas águas, eu serei contigo; quando passares pelos rios, eles não te submergirão; quando passares pelo fogo, não te queimarás, nem a chama te consumirá. Porque eu sou o Senhor, teu Deus, o Santo de Israel, o teu Salvador. Dei o Egito como resgate por ti; a Etiópia e Seba em teu lugar. Visto que és precioso aos meus olhos e digno de honra, e porque eu te amo, darei pessoas em teu lugar e povos em troca de tua vida’” (Is 43.1-4).

“‘Vós sois as minhas testemunhas’, diz o Senhor, ‘e o meu servo, a quem escolhi, para que saibais e creiais em mim e entendais que eu sou o mesmo. Antes de mim nenhum Deus se formou, e nenhum haverá depois de mim. Eu, eu sou o Senhor, e além de mim não há salvador. Eu declarei, salvei e proclamei, quando não havia nenhum deus estrangeiro entre vós; e vós sois minhas testemunhas’, diz o Senhor, ‘e eu sou Deus. Desde toda a eternidade, eu o sou; e não há ninguém que possa livrar alguém de minhas mãos; agindo eu, quem pode impedir?’” (Is 43.10-13).

“Eu sou” remete ao nome divino Yahweh, “eu sou”, o Senhor. Essas passagens falam profusamente de seus atributos de senhorio. Por seu controle, ele livra Israel de águas e chamas. Ele age, e ninguém pode desfazer o que ele faz. Por sua autoridade, ele declara e proclama sua salvação. Ele chama Israel pelo nome. Por sua presença, ele proclama que estará com Israel quando o povo passar pelas águas ameaçadoras.

A promessa aponta para a vinda de um mensageiro e do próprio Senhor:

“Eis que envio meu mensageiro, e ele preparará o caminho diante de mim. E o Senhor, a quem buscais, virá de repente para seu templo; e o mensageiro da aliança, em quem vos deleitais, está vindo, diz o Senhor dos exércitos” (Ml 3.1).

De acordo com a mensagem do Novo Testamento, esse mensageiro veio em Jesus Cristo. Mas Jesus não é apenas representante de Deus; ele é Deus. Ele é Senhor. Paulo diz acerca de Jesus:

“Por isso, Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, no céu, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai” (Fp 2.9-11; cf. tb. Rm 10.9; 1Co 12.3).

A confissão fundamental do evangelho do Novo Testamento é: “Jesus Cristo é Senhor”. Em Jesus Cristo, Deus finalmente nos diz o que significa ele ser Senhor.

Jesus, por seu controle, destrói o poder de Satanás e nos chama para si. Por sua autoridade, pronuncia-se como Palavra de Deus (Jo 1.1-14). Por sua presença, dirige-se a nós como Yahweh se dirigiu a Israel: “E eis que estou sempre convosco, até o fim dos tempos” (Mt 28.20).

O triperspectivismo é importante porque mantém nosso foco no cerne bíblico de que Deus é ninguém menos que o Senhor, e seu senhorio é revelado plenamente em Jesus Cristo. O elemento mais fundamental do evangelho é Jesus, não as características distintivas das várias denominações e tradições históricas; não este ou aquele credo, esta ou aquela confissão; não esta ou aquela ênfase, este ou aquele método; não esta ou aquela liturgia. Não é, nem mesmo, o conjunto de doutrinas específicas que constitui o conteúdo geral da teologia sistemática. Jesus é nosso Criador, Redentor, Profeta, Sacerdote e Rei. Portanto, tudo o que fazemos como cristãos deve ser feito para Jesus como Senhor.

Para recapitulação e reflexão

Compartilhe uma experiência em que você viu a teologia “ganhar vida” em uma aplicação a sua realidade pessoal.

Dê um exemplo de como a abordagem triperspectivista pode promover mais equilíbrio na aplicação das Escrituras.

Em que sentido a Palavra de Deus é triperspectivista? Explique.

Use a abordagem triperspectivista para falar da relação entre metafísica, epistemologia e axiologia.

O triperspectivismo minimiza as diferenças entre as várias escolas de apologética? Justifique sua resposta.

Existem distinções triplas que na pedagogia lhe parecem úteis para comunicar o evangelho? Mostre por que são úteis. Ou, se nenhuma delas lhe parece proveitosa, dê o motivo.

A seu ver, há passagens bíblicas cuja exposição pode ser beneficiada por uma abordagem triperspectivista? Descreva uma ou duas dessas passagens e diga como, em sua opinião, as três perspectivas podem ajudar você a entendê-las ou comunicá-las.

“O triperspectivismo é importante porque mantém nosso foco no cerne bíblico, de que Deus é ninguém menos que o Senhor, e seu senhorio é revelado plenamente em Jesus Cristo”. Explique e avalie.

Glossário

apologética clássica. Escola da apologética que enfatiza provas da existência de Deus e evidências da história bíblica.

apologética. Disciplina em que aprendemos a responder àqueles que nos pedem “a razão da esperança que há em [nós]” (1Pe 3.15).

axiologia. Disciplina filosófica que estuda a natureza do valor.

epistemologia. Disciplina filosófica que estuda a natureza do conhecimento.

evidencialismo. Escola da apologética que enfatiza a necessidade de apresentar o evangelho como conjunto de fatos inequívocos.

exegese. Estudo de textos bíblicos específicos.

metafísica. Disciplina filosófica que trata da natureza e da estrutura básica do universo.

pressuposicionalismo. Escola da apologética que enfatiza a perspectiva normativa e ressalta a importância de desenvolver argumentos em conformidade com a Palavra de Deus como nosso pressuposto máximo.

subjativismo. Escola da apologética que chama o investigador a alinhar sua cosmovisão com seus sentimentos e crenças mais profundos.

teologia. Aplicação das Escrituras a todas as áreas da vida humana.

Yahweh. Nome hebraico de Deus, relacionado ao verbo “ser”, geralmente traduzido por Senhor nas Bíblias em nosso idioma.

Leitura adicional

John Frame, TS. Desenvolvi minha teologia sistemática e meus outros livros sobre senhorio para mostrar que o centro da teologia na Bíblia é o senhorio de Deus e, especificamente, de Jesus Cristo.

[1 Para uma argumentação nessa mesma linha, veja o capítulo 1 de minha TS.](#)

[2 Essa discussão diz respeito à distinção tradicional entre lei e evangelho \(veja cap. 3\), mas não tratarei dela em detalhes aqui.](#)

³ A tríade tradicional é “palavra, sacramentos e oração”. Como explico em minha TS, ampliei a segunda categoria para que inclua não apenas os sacramentos, mas também outros tipos de comunhão.

⁴ Nas Escrituras, o prazer, estético e de outros tipos é sempre uma adumbração da presença de Deus.

Glossário

apologética clássica. Escola da apologética que enfatiza provas da existência de Deus e evidências da história bíblica.

apologética. Disciplina em que aprendemos a responder àqueles que nos pedem “a razão da esperança que há em [nós]” (1Pe 3.15).

ar de veracidade. Nossa capacidade de avaliar a veracidade de uma declaração por meio da intuição que Deus nos deu para identificar o aspecto daquilo que é verdadeiro.

atributo. Qualidade ou predicado de algo. Os atributos de Deus são suas perfeições.

atributos de senhorio. Atributos divinos de controle, autoridade e presença que, nas Escrituras, definem a natureza do senhorio de Deus.

autônomo. Que pensa ou age sem aceitar qualquer parâmetro exterior a si.

autoridade. Atributo de senhorio de Deus pelo qual ele tem direito de ser obedecido em todas as suas ordens.

axiologia. Disciplina filosófica que estuda a natureza do valor.

circumcessio. Doutrina segundo a qual Pai, Filho e Espírito Santo estão um “no” outro. Sinônimo de circumincessio e perichoresis.

conhecimento. Capacidade de agir de forma apropriada em referência a fatos, normas e/ou à vida interior.

controle. Atributo de senhorio de Deus que se refere a seu poder de determinar todos os acontecimentos da natureza e da história.

critério. Parâmetro para julgar a natureza de algo ou a veracidade de uma asserção.

descanso cognitivo. A sensação de certeza que temos depois de um período de dúvida e investigação.

diferença qualitativa. Diferença de tipo, não apenas de quantidade. Uma forma de mostrar a vastidão da diferença entre os pensamentos de Deus e os nossos.

dois reinos. Distinção feita por alguns teólogos entre sagrado e secular.

emoção ou sentimento. Aspecto da mente humana associado à consciência própria.

empirismo. Teoria filosófica segundo a qual a experiência sensorial humana é o critério absoluto de conhecimento e verdade.

epistemologia. Disciplina filosófica que estuda a natureza do conhecimento.

evangelho. Boas-novas, mais especificamente de que Deus concede salvação àqueles que creem em Jesus.

evidencialismo. Escola da apologética que enfatiza a necessidade de apresentar o evangelho como conjunto de fatos inequívocos.

evidências. Supostos fatos apresentados para provar ou autenticar uma conclusão.

exegese. Estudo de textos bíblicos específicos.

falácia naturalista. Expressão usada por G. E. Moore para argumentos que partem de premissas factuais (não normativas) e procuram derivar delas conclusões normativas. Raciocinar do “é” para o “deve ser”. Um argumento que não justifica suas conclusões normativas.

fatos. Conjunturas, objetos de conhecimento. Elementos da perspectiva situacional. Fatos considerados independentes de qualquer atividade interpretativa.

filioque. Termo acrescentado ao Credo Niceno na igreja ocidental; mostra que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, não apenas do Pai. *Filioque significa “e o Filho”.*

formas. Qualidades que tornam algo aquilo que ele é. Na filosofia de Platão, as formas existem em um âmbito distinto do mundo de nossa experiência.

graça. Favor imerecido de Deus para com aqueles que merecem sua ira.

história. A série de acontecimentos, no tempo, relevantes para a vida humana e especialmente para a salvação dos seres humanos.

intelecto. Aspecto da mente associado ao conhecimento.

intuição. Nossa apreensão inicial de dados que produz conhecimento. Quando sabemos algo, mas não conseguimos explicar como sabemos, muitas vezes dizemos que é por intuição.

lei. Regras e normas que definem a obediência a Deus.

metafísica. Disciplina filosófica que trata da natureza e da estrutura básica do Universo.

normas. Aquilo que Deus exige de nós. Obrigações. O que deve ser o caso.

objetivo. Aquilo que é definido por Deus como fato, não obstante em que as criaturas preferem crer.

obras. Ações realizadas por indivíduos; em alguns casos, acredita-se que mereçam recompensa.

oniperspectivista. A onisciência de Deus, entendida como sua capacidade de entender todas as coisas de todas as perspectivas possíveis.

onisciência. Atributo de Deus que consiste em saber todas as coisas.

perspectiva existencial. Perspectiva do conhecimento humano que focaliza nossa experiência subjetiva interior em grande proximidade com a presença de Deus.

perspectiva normativa. Perspectiva do conhecimento em que focalizamos o mundo como revelação da vontade de Deus.

perspectiva situacional. Perspectiva do conhecimento em que focalizamos os

objetos do mundo.

perspectiva. Visão que alguém tem de algo a partir de algum lugar.

peçoal. Capaz de pensar, planejar, comunicar-se verbalmente etc.

pou sto. Lugar para estar (Arquimedes). O ponto de partida de uma investigação ou empreitada, que dá clareza e poder.

presença. Atributo de senhorio pelo qual Deus está presente junto a todas as coisas no mundo.

pressuposicionalismo. Escola da apologética que enfatiza a perspectiva normativa e ressalta a importância de desenvolver argumentos em conformidade com a Palavra de Deus como nosso pressuposto máximo.

primazia do intelecto. Teoria segundo a qual a verdade vem primeiro ao intelecto e, depois, à vontade e às emoções. Essa teoria afirma, com frequência, que o intelecto deve ser mais central que a vontade e as emoções no processo de tomar decisões.

profeta. Indivíduo nomeado por Deus para anunciar fielmente a palavra de Deus. Um dos “três ofícios” de Jesus.

propriedades pessoais. Qualidades das três Pessoas da Trindade que elas não compartilham umas com as outras. O Pai tem a propriedade de gerar eternamente o Filho, o Filho tem a propriedade de ser gerado eternamente pelo Pai, e o Espírito tem a propriedade de proceder do Pai e do Filho. (Veja, porém, filioque.)

racionalismo. Conceito filosófico segundo o qual a razão humana é a fonte suprema de conhecimento.

redenção. Atos bondosos de Deus para restaurar os seres humanos caídos por meio da expiação que Cristo realizou.

regeneração. Novo nascimento, em que o Espírito Santo cria em nós um novo coração caracterizado por fé e obediência (Jo 3.3).

rei. Indivíduo nomeado por Deus para governar a nação e sujeitá-la à

obediência a Deus. Um dos “três ofícios” de Jesus.

revelação. Conhecimento fornecido por uma fonte fora de nós, especialmente de Deus. Veja no texto definições de revelação “geral”, “especial” e “existencial”.

sabelianismo. Conceito herético de que Deus é somente uma Pessoa que desempenha os papéis de Pai, Filho e Espírito Santo.

sacerdote. Indivíduo nomeado por Deus para lhe apresentar sacrifícios e interceder por seu povo. Um dos “três ofícios” de Jesus.

sagrado. Âmbito da santidade de Deus.

santificação. Obra do Espírito Santo por meio da qual os pecadores se tornam santos.

secular. Aquilo que não é santo, mas, sim, comum ou profano.

simplicidade. Qualidade de acordo com a qual Deus não tem partes. Seus atributos não são partes dele, mas perspectivas de todo o seu ser; por exemplo, o amor de Deus é Deus.

subjativismo. Escola da apologética que chama o investigador a alinhar sua cosmovisão com seus sentimentos e crenças mais profundos.

subjetivo/subjetividade. Aquilo que existe na consciência, na mente ou nos sentimentos humanos.

teologia. Aplicação das Escrituras a todas as áreas da vida humana.

Trindade. Doutrina cristã segundo a qual há somente um Deus em três Pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo.

vontade. Aspecto da mente associado a fazer escolhas.

Yahweh. Nome divino revelado a Moisés em Êxodo 3.15, geralmente traduzido por Senhor nas Bíblias em nosso idioma; relacionado ao verbo “ser”.

Bibliografia

Augustine, “On the Trinity”, 2. ed. In: Works of Saint Augustine: a translation for the 21st Century. Tradução de Edmund Hill. Organização de John E. Rotelle (Hyde Park: New City Press, 2012).

———.A Trindade, Patrística (São Paulo: Paulus, 2020).

Frame, John M. Apologetics: a justification of Christian belief (Phillipsburg: P&R Publishing, 2015).

———. A theology of lordship, 4 vols. (Phillipsburg: P&R Publishing, 1987-2010).

———.Teologia do senhorio, 4 vols. (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013).

———.Cornelius Van Til: an analysis of his thought (Phillipsburg: P&R Publishing, 1995).

———.The doctrine of the Christian life. A theology of lordship (Phillipsburg: P&R Publishing, 2008), vol. 3.

———. A doutrina da vida cristã. Teologia do Senhorio (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013)].

———.The doctrine of God. A Theology of Lordship (Phillipsburg: P&R Publishing, 2002), vol. 2.

———. A doutrina de Deus. Teologia do Senhorio (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013).

———.The doctrine of the knowledge of God. A Theology of Lordship (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1987), vol. 1.

———. A doutrina do conhecimento de Deus. Teologia do Senhorio (São Paulo: Cultura Cristã, 2013).

———. The doctrine of the Word of God. A Theology of Lordship (Phillipsburg: P&R Publishing, 2010), vol. 4.

———. A doutrina da Palavra de Deus. Teologia do Senhorio (São Paulo: Cultura Cristã, 2013).

———. The Escondido Theology (Lakeland: Whitefield Media Productions, 2011).

———. A history of western philosophy and theology (Phillipsburg: P&R Publishing, 2015).

———. Perspectives on the Word of God (Eugene: Wipf & Stock, 1999).

———. Selected Shorter Writings (Phillipsburg: P&R Publishing, 2014), vol. 1.

———. Selected Shorter Writings (Phillipsburg: P&R Publishing, 2015), vol. 2.

———. Selected Shorter Writings (Phillipsburg: P&R Publishing, 2016), vol. 3.

———. Systematic theology: an introduction to Christian belief (Phillipsburg: P&R Publishing, 2013).

———. Teologia Sistemática: uma introdução à fé cristã, 2 vols. (São Paulo: Cultura Cristã, 2019).

——— Murray, John. Redemption accomplished and applied (Grand Rapids: Eerdmans, 1955).

———. Redenção consumada e aplicada (São Paulo: Cultura Cristã, 2010).

Pascal, Blaise. Pensées. Christian Classics Ethereal Library. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/pascal/pensees.html>. [edição em português: Pensamentos (São Paulo: Folha de São Paulo, 2010)].

131 Poythress, Vern S. The lordship of Christ: serving our Savior all of the time,

in all of life, with all of our heart (Wheaton: Crossway, 2016).

———.O Senhorio de Cristo: servindo ao salvador o tempo todo em tudo o que fazemos de todo o nosso coração (Brasília: Monergismo, 2019).

———.Knowing and the Trinity: how perspectives in human knowledge imitate the Trinity (Phillipsburg: P&R Publishing, 2018).

———.Philosophy, science and the sovereignty of God (Nutley: Presbyterian and Reformed, 1976).

———.Redeeming mathematics: a God-centered approach (Wheaton: Crossway, 2015).

———.Redimindo a matemática: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2020).

———.Redeeming philosophy: a God-centered approach (Wheaton: Crossway, 2016)

———.Redimindo a filosofia: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2019).

———.Redeeming science: a God-centered approach (Wheaton: Crossway, 2006)

———.Redimindo a ciência: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2019).

———.Redeeming sociology: a God-centered approach (Wheaton: Crossway, 2011).

———.Redimindo a sociologia: uma abordagem teocêntrica (Brasília: Monergismo, 2022).

———.“Reforming ontology and logic in the light of the Trinity”, Westminster Theological Journal 57, 1 (1995), p. 187-219.

———.Symphonic theology: the validity of multiple perspectives in theology (Grand Rapids: Zondervan, 1987).

———. Teologia sinfônica: a validade das múltiplas perspectivas em teologia (São Paulo: Vida Nova, 2016).

Van Til, Cornelius. Christian theistic ethics. In Defense of Biblical Christianity, vol. 3. Disponível em: <https://presupp101.files.wordpress.com/2011/08/van-til-christian-theistic-ethics.pdf>.

———. A Christian theory of knowledge (Nutley: Presbyterian and Reformed, 1969).

———. A survey of Christian epistemology (Philadelphia: Den Dulk Christian Foundation, 1969).

Warfield, B. B. “The biblical doctrine of the Trinity”. In: The Works of Benjamin B. Warfield. 10 vols. (New York: Oxford University Press, 1927-32; reimpr., Grand Rapids: Baker, 1991).

Índice de passagens bíblicas

Antigo Testamento

Gênesis

1.1-31 ... [1]

1.3 ... [1]

1.26-27 ... [1]

1.26-28 ... [1]

1.28 ... [1]

2.17 ... [1]

3.6 ... [1], [2]

17.7 ... [1]

Êxodo

3 ... [1]

3.4-5 ... [1]

3.13-15 ... [1]

3.15 ... [1], [2], [3]

3.19-20 ... [1]

6.7 ... [1]

7.5 ... [1]

7.17 ... [1]

8.10-22 ... [1]

9.29 ... [1]

10.2 ... [1]

14.4-18 ... [1]

16.6-12 ... [1]

19 ... [1]

20.1-2 ... [1]

20.1-18 ... [1]

20.2-3 ... [1]

20.8-11 ... [1]

20.11 ... [1]

29.46 ... [1]

31.13 ... [1]

Levítico

18.4-5 ... [1]

Deuteronômio

5.6-22 ... [1]

5.15 ... [1]

6.4 ... [1]

18.15-22 ... [1]

Josué

1.8 ... [1]

Salmos

1.1-2 ... [1]

8.4-9 ... [1]

18.7 ... [1]

19 ... [1]

19.1 ... [1], [2], [3]

33.6 ... [1], [2]

65.6 ... [1]

78.26 ... [1]

89.14 ... [1]

104.24 ... [1]

119.29 ... [1]

139 ... [1]

139.14 ... [1]

Isaías

6.3 ... [1]

42.1-4 ... [1]

43.1-4 ... [1]

43.10-13 ... [1]

52.7 ... [1]

66.1 ... [1], [2]

Jeremias

31.33 ... [1]

31.33-34 ... [1]

Malaquias

3.1 ... [1]

Novo Testamento

Mateus

4.1-11 ... [1]

4.2-4 ... [1]

4.4 ... [1]

4.5-7 ... [1]

4.8-11 ... [1]

5.1-48 ... [1]

5.21-26 ... [1]

5.27-30 ... [1]

10.29 ... [1]

10.30 ... [1]

21.12-17 ... [1]

28.20 ... [1], [2]

João

1.1-14 ... [1]

1.14 ... [1]

2.13-17 ... [1]

3 ... [1]

3.3 ... [1], [2]

3.17 ... [1]

5.19 ... [1], [2]

5.21-24 ... [1]

6.29 ... [1]

14.25 ... [1]

14.26 ... [1]

15.26 ... [1]

16.13 ... [1]

17 ... [1]

Atos dos Apóstolos

2 ... [1]

2.38 ... [1]

2.38-39 ... [1]

2.39 ... [1]

Romanos

1 ... [1]

1.18 ... [1]

1.18-21 ... [1], [2], [3]

1.18-32 ... [1]

1.19-20 ... [1]

1.21 ... [1]

1.23 ... [1]

1.24-32 ... [1]

1.25 ... [1]

2.15 ... [1]

3.23 ... [1]

5.8 ... [1]

6.23 ... [1]

8.1-2 ... [1]

8.4 ... [1]

10.9 ... [1]

12.1-2 ... [1]

12.2 ... [1]

1Coríntios

3.16-17 ... [1]

8.4 ... [1]

10.31 ... [1], [2]

12.3 ... [1]

15 ... [1]

15.1-3 ... [1]

15.1-11 ... [1]

15.11-12 ... [1]

15.14-15 ... [1]

2Coríntios

4.2 ... [1]

5.17 ... [1]

Efésios

1.3-4 ... [1]

1.7-10 ... [1]

1.11-14 ... [1]

1.15-23 ... [1], [2]

1.19 ... [1]

1.21 ... [1]

1.22-23 ... [1]

2.8-10 ... [1], [2]

2.10 ... [1]

4.14 ... [1]

4.22-24 ... [1]

Filipenses

2.9-11 ... [1]

Colossenses

1.27 ... [1]

1Tessalonicenses

1.5 ... [1], [2]

2.13 ... [1]

2.13-14 ... [1]

1Timóteo

1.5 ... [1]

2Timóteo

3.15-17 ... [1], [2]

3.16-17 ... [1]

Hebreus

10.15-17 ... [1]

1Pedro

3.15 ... [1], [2], [3]

2Pedro

1.19-21 ... [1]

1João

2.16 ... [1]

4.8 ... [1]

Apocalipse

21.3-4 ... [1]

Índice de assuntos

A

Agostinho [1], [2]

aplicações [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13]

apologética [1], [2], [3]

argumento circular [1], [2]

Aristóteles [1]

Arquimedes [1], [2]

atributos [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

atributos de senhorio [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8]

autoconhecimento [1], [2], [3], [4], [5]

autoridade [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9]

axiologia [1], [2], [3]

B

Bosserman, Brant [1]

C

certeza [1], [2], [3]

circumincessio [1], [2], [3]

conhecimento [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18]

controle [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14]

coração [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

cosmovisão [1], [2], [3], [4]

critério [1], [2], [3], [4], [5]

D

descanso cognitivo [1]

Deus [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15]

dois reinos [1], [2], [3], [4]

E

empirismo [1], [2]

epistemologia [1], [2], [3], [4], [5], [6]

escolher [1], [2]

Espírito Santo [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19]

ética [1], [2], [3], [4]

eu, o [1], [2], [3], [4]

Eu sou [1]

evangelho [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13]

evidência [1], [2], [3]

evidencialismo [1], [2]

exegese [1], [2], [3]

existencial [1], [2]

experiência sensorial [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9]

F

falácia naturalista [1], [2], [3]

fato [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10]

fatos [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15]

fatos brutos [1]

fé e obras [1]

Filho [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8]

filioque [1], [2]

filosofia [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8]

formas [1], [2], [3], [4], [5]

H

história [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20]

Hume, David [1]

I

idolatria [1]

intelecto, primazia do [1], [2], [3]

intuição [1], [2], [3], [4], [5], [6]

K

Kierkegaard, Søren [1]

L

lei [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11]

M

meios da graça [1]

mente [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9]

metafísica [1], [2], [3], [4]

método científico [1]

Miller, Timothy [1]

Moore, G. E. [1], [2]

N

norma [1]

normas [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15]

normativa [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15],

[16], [17], [18], [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25], [26], [27]

O

objetivo [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9]

obras e graça [1]

oniperspectivista [1], [2], [3], [4], [5], [6]

onisciência [1], [2]

P

Pai [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10]

palavra de Deus [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20]

pedagogia [1], [2], [3], [4], [5]

percepção extrassensorial [1], [2]

perichoresis [1], [2]

perspectiva [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25], [26], [27], [28], [29], [30], [31], [32], [33], [34], [35], [36], [37], [38], [39], [40], [41], [42], [43], [44], [45], [46], [47], [48]

perspectiva, relação de [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

perspectivas [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25], [26], [27], [28], [29], [30], [31], [32], [33], [34], [35], [36], [37], [38], [39], [40], [41], [42], [43], [44]

Platão [1], [2], [3], [4]

Poythress, Vern [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13]

presença [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20]

pressuposicionalismo [1], [2], [3]

pressuposições [1], [2]

profeta [1], [2], [3], [4], [5]

propriedades pessoais [1], [2]

R

racionalista [1]

racionalistas [1]

redenção [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11]

reformado [1], [2], [3], [4]

rei [1], [2], [3], [4]

revelação [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19]

Rousseau, Jean-Jacques [1]

S

sabelianismo [1], [2]

sacerdote [1], [2], [3], [4], [5]

sagrado [1]

salvação [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16]

santo [1], [2], [3]

Schleiermacher, Friedrich [1]

Scotus, Duns [1]

secular [1], [2], [3]

senhor [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12]

senhorio [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20], [21], [22]

sentimento [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10]

simplicidade [1]

situacional [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25], [26], [27]

subjetivismo [1], [2], [3]

subjetivo [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13]

Sweeting, Don [1]

T

teologia [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20]

Trindade [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16]

triperspectivismo [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12]

W

Warfield, B. B. [1]

Y

Yahweh [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

Sugestão de leitura

VERN S. POYTHRESS

TEOLOGIA
SINFÔNICA

A VALIDADE DAS
MÚTIPLAS
PERSPECTIVAS
EM TEOLOGIA


VIDA NOVA

TEOLOGIA
SINFÔNICA

VERN S. POYTHRESS

A Bíblia apresenta a revelação em um conjunto coeso e coerente, mas ela chegou até nós por uma variedade de autores inspirados, com diferentes metáforas e temas que ressaltam as diversas facetas da verdade de Deus. Do mesmo modo, nossas formulações teológicas captam várias ênfases — diferentes “perspectivas” do todo — que nos capacitam, de forma coletiva, a alcançar um entendimento pleno da verdade.